



PROPOSTA PEDAGÓGICA DA FASB

ÉTICO-CIENTIFICIDADE
EM PRODUZIR EDUCAÇÃO

Coleção Práxis Educativo-Coletiva
VOLUME 2

Pedro Bergamo
Roberto Marden Lucena
José César dos Santos
(Organizadores)

 eduepb



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Pedro Bergamo
Roberto Marden Lucena
José César dos Santos

(Organizadores)

Proposta Pedagógica da FASB:
ético-cientificidade em produzir Educação



Campina Grande-PB

2024

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

- P965 Proposta pedagógica da FASB [recurso eletrônico] ético-cientificidade em produzir Educação / organização de Pedro Bergamo, Roberto Marden Lucena e José César dos Santos. — Campina Grande: EDUEPB, 2024.
118 p. il. color. ; 15 x 21 cm. - (Coleção Práxis Educativo-Coletiva).

Produção do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (FPPEC/DGP/CNPq), do convênio entre a UEPB e a FASB, no período de 2016 a 2021.

ISBN: 978-65-86221-99-2 (Impresso)

ISBN: 978-65-87171-25-8 (1.000 KB - PDF)

1. Práxis Educativo-Coletiva. 2. Educação Universitária. 3. Práticas de Ensino. 4. Práticas de Aprendizagem. 5. Pesquisa-Ação em Educação.
I. Bergamo, Pedro. II. Lucena, Roberto Marden. III. Santos, José César dos. IV. Título.

21. ed. CDD 378

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva — CRB-15/483

Sem limites não se faz Ciência,
nem se chega à Ética.

Pedro Bergamo

Apresentação da Coleção

A Coleção *Práxis Educativo-Coletiva* tem como propósito a publicação dos saberes produzidos no âmbito do Grupo de Pesquisa *Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva* (FPPEC/DGP/CNPq), constituído a partir do Convênio de Mútua Cooperação Acadêmica e Técnico-Científica, firmado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), situada no Oeste da Bahia, no período compreendido entre 2016 e 2021. Nesta época também emergiu um profícuo intercâmbio entre educadores e pesquisadores, com destaque para os estudos desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB). As pesquisas do Grupo em foco remontam à produção coletiva do Grupo de Pesquisa-Ação CONSER/FASB, considerando as possibilidades de aplicação e implementação de uma determinada proposta pedagógica, que tem por referência (orientação) e fundamento (base) os cinco saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC), assim denominados: 1º - interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável; 2º - excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora; 3º - distinção entre produzir e apropriar; 4º - sentido verdadeiro do que é coletivo; 5º - limites (ético-cientificidade em produzir). Diante das questões inerentes à

realidade educacional brasileira, da educação básica até o nível universitário, cabe propor uma referencial-fundamentalidade capaz de ultrapassar o caráter irrefletido das práticas pedagógicas e educativas, estabelecendo uma criteriosidade de produção assumida e criativa no processo de formação de professores em largo alcance. Esta referencial-fundamentalidade, presente nos Cinco Saberes da PEC, permite uma mediação educacional de sentido verdadeiramente humanizador, tendo como fontes de ação os sujeitos envolvidos nas experiências e pesquisas evidenciadas nesta Coleção.

Conselho Editorial:

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

César Nunes (UNICAMP)

Giselda Frank (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Isabel Regina Araújo Sobral (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

José César dos Santos (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Marilde Queiroz Guedes (Presidente ABL-Barreiras/UFOB)

Marli Ferreira de Abreu (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Pedro Bergamo (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Roberto Marden Lucena (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Cirlei Giombelli (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Leonilda Maria Funez (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Alexandre José Martins da Silva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq)

Lista de figuras

Figura 1 – Cena do vídeo correspondente ao Primeiro Saber.....	51
Figura 2 – Cena do vídeo correspondente ao Segundo Saber.....	54
Figura 3 – Cena do vídeo correspondente ao Terceiro Saber.....	55
Figura 4 – Cena do vídeo correspondente ao Quarto Saber.....	57
Figura 5 – Cena do vídeo correspondente ao Quinto Saber.....	58

Lista de siglas

ABL – Academia Barreirense de Letras
ACs – Atividades Complementares
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSER – Grupo de Pesquisa-Ação “Ser junto”
DGP – Diretório de Grupos de Pesquisa
DOU – Diário Oficial da União
ECO-PI – Economia Propedêutica e Interdisciplinar
EDUEPB – Editora da Universidade Estadual da Paraíba
FASB – Faculdade São Francisco de Barreiras
FPPEC – Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva
IAESB – Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras
IES – Instituição de Ensino Superior
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NUTES – Núcleo de Tecnologias Estratégicas em Saúde
PAD – Programa de Assessoria ao Docente
PAIDEIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Educação
PAP – Programa de Apoio Psicopedagógico
PEC – Práxis Educativo-Coletiva
PPF – Proposta Pedagógica da FASB ou “Fasbiana”
PPGFP – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores
TII – Trabalho Interdisciplinar Institucional
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UnC – Universidade do Contestado
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFASB – Centro Universitário São Francisco de Barreiras

Sumário

Apresentação	13
1. Economia Propedêutica e Interdisciplinar (ECO-PI)	19
2. Cinco Saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC)	49
3. Proposta Pedagógica da FASB	61
3.1 Introdução.....	61
3.2 Questão cultural em Barreiras e no Oeste Baiano.....	65
3.3 Graduação na FASB.....	67
3.4 Proposta educacional.....	71
3.4.1 Questão de qualidade educacional	72
3.4.2 Sentido preciso da cientificidade.....	74
3.5 Conclusão	76
Anexo - Instrumentalização do Trabalho Educativo na FASB.....	77
4. Intensificação da suficiência em produzir educação de maneira ético-científica	93
5. Criteriosidade e contenção em limites	105
Referências	109
Sobre os autores	113

Apresentação

A práxis educativo-coletiva, inerente à Proposta Pedagógica da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), compreendeu achados de pesquisa-ação cuja origem se deve a múltiplos e contínuos empenhos de professores que ousaram dedicar-se à causa de intensificar qualidade da educação em nível universitário, escudando-se, para tanto e de maneira peculiar, em determinada ético-cientificidade em produzir serviços educacionais ofertados por uma IES privada.

Essa dedicação contou com uma espontânea conjunção de iniciativas, todas empreendidas na perspectiva de fazer frente a desafios em promover educação de requerido caráter universitário em ambiência socioeconômica da região oeste da Bahia, ou mais precisamente, na cidade de Barreiras-BA.

Nessa cidade, e já anteriormente à fundação de Brasília, houve de instalar-se o mais originário núcleo de usual prestação de serviços urbanos, peculiar e notoriamente aqueles de caráter educacional. Trata-se de núcleo que veio a situar-se no âmagio interiorano do eixo geográfico entre as minas de ouro do antigo Estado de Goiás e o mais próximo porto fluvial situado na

Bahia por onde era facilitado o escoamento de mercadorias, contando com a navegação fluvial Rio Grande/Rio São Francisco.

Ademais, na cidade de Barreiras aprofundaram-se raízes de uma tradição cultural cuja matriz geográfica foi o município de Barra-BA, cultura que, por tradição, veio a ser historicamente conhecida como ribeirinha (CAMANDAROBA, 2009).

Dentre as mais recentes iniciativas de prestação de serviços urbanos nessa tradição cultural, cumpre que se aprecie, juntamente com outras já efetivadas, a criação da FASB¹, cuja autoafirmação local-regional incidiu em desafio a persistir propriamente abraçado, com ousadia e modéstia, no sentido de ampliar oportunidades de aprendizagem junto a um público jovem que manifestava expectativas de contar com mais opções de cursos em nível superior.

Durante a existência da FASB, intensificaram-se diversidade e complexidade de iniciativas na perspectiva de assegurar qualidade educacional, realidade em cujo dinamismo emergiram problemas de enfrentamento, os quais exigiram implementar objetivos de ação e de pesquisa, peculiarmente tão indissociáveis que as concernentes ações se conjugaram à base de uma bem determinada *pesquisa-ação*.

1 A Faculdade São Francisco de Barreiras, que ficou mais conhecida pela sigla designadora FASB, teve como entidade mantenedora o Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras (IAESB), pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro no município de Barreiras-BA. A FASB foi criada pela portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 497, de 12/03/1999, cuja publicação no Diário Oficial da União (DOU) ocorreu em 16/03/1999 e a aula inaugural aconteceu em abril deste mesmo ano. Após duas avaliações externas de credenciamento pelo MEC, a instituição foi transformada em centro universitário através da portaria ministerial nº 1.576, de 10/09/2019 (DOU nº 177, de 12/09/2019), assumindo a designação de UNIFASB. Em abril de 2021, consumou-se a mudança de manutenção mediante a aquisição da mais significativa faculdade privada de Barreiras pelo Grupo Ser Educacional, passando a ser denominada UNINASSAU – Unidade Barreiras/BA.

Por sua vez, essa indissociabilidade veio a incidir em desafio cuja complexa solução exigiu que se recorresse à notória experiência em pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), valendo-se do seu conceituado Programa de Pós-Graduação, pois, já anteriormente, houvera recurso a esse mesmo programa no sentido de enfrentar desafios de caráter pedagógico no contexto educacional da cidade agroindustrial de Concórdia-SC, do qual proveio o acima indicado apreço por questões educacionais a se fazerem presentes e inclusive a caracterizarem a pesquisa educacional da FASB.

O recurso em foco se refere ao convênio que viabilizou o Mestrado Interinstitucional firmado entre a Faculdade de Educação da UNICAMP e a Universidade do Contestado (UnC), Campus de Caçador-SC. Professoras egressas deste Mestrado em Educação migraram para a cidade de Barreiras-BA e passaram a atuar no Curso de Pedagogia da FASB, responsável pela realização do II Encontro de Educação, em Barreiras, no ano de 2006. Por ocasião deste evento científico e intermediação das referidas professoras, foi convidado para a palestra de abertura o pesquisador César Nunes, docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP e líder do Grupo de Pesquisa PAIDEIA. Neste mesmo encontro, surgiram interlocuções sobre possíveis congruências entre a experiência do Minter na UnC/Caçador-SC e a proposta pedagógica da FASB.

Conforme consta em Bergamo (2010, p.28), a presença do pesquisador César Nunes no Oeste da Bahia propiciou “um incipiente, mas profícuo diálogo” no sentido de buscar reconhecimento junto ao mencionado Programa de Pós-Graduação da UNICAMP acerca do alcance científico da proposta educacional da FASB. Deste diálogo, resultou um estudo de pós-doutoramento (BERGAMO, 2008) e, posteriormente, uma tese de doutorado (LUCENA, 2015).

Com efeito, em 2008, foi instituído um grupo de pesquisa-ação que, junto a seus frequentadores, passou a denominar-se “CONSER/FASB”². A partir desta época originária, o grupo realizava encontros mensais para refletir sobre as práticas de ensino e de aprendizagem. Nesses encontros, geralmente havia a participação de professores, funcionários e estudantes da FASB, além de convidados e representantes da sociedade civil local. Já a dinâmica de trabalho do grupo compreendia produções relacionadas às referências e fundamentos da proposta pedagógica, contemplando as situações vivenciadas em sala de aula e outras realidades compartilhadas pelos diversos participantes.

Esses encontros do CONSER/FASB possibilitaram a realização de registros de pesquisas utilizados para intensificar aquela interlocução com a UNICAMP, que culminou na participação do professor Pedro Bergamo no Colóquio de Filosofia e Educação do Grupo de Pesquisa Paideia, no qual ele apresentou os resultados da concorrente pesquisa de pós-doutorado, sob a orientação do professor César Nunes. Nesta ocasião, foi compartilhado o livro “Educação Universitária: práxis coletiva em busca de veraz qualidade e precisa cientificidade”, publicado pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB). Esta publicação também evidenciou o fortalecimento da interlocução com os pesquisadores em educação da Paraíba, cujos desdobramentos incidiram na estruturação e realização dos encontros itinerantes do CONSER/FASB, realizados nas cidades de João Pessoa-PB (UFPB), Concórdia-SC (UnC) e Campina Grande-PB (UEPB), para compartilhar estudos, entendimentos e pesquisas em nível de doutorado do professor Roberto Marden Lucena, bem como as suas relações com as referências e fundamentos enquanto horizontes da práxis educativo-coletiva.

2 CONSER a significar ser junto e tendo a proposição de “correr por fora” para desenvolver pesquisa ético-científica em educação que, em um primeiro momento, não estivesse atrelada aos crivos institucionalizados das agências de fomento acadêmicas e científicas.

Em 2016, os integrantes do Grupo de Pesquisa-Ação CONSER/FASB receberam, com muita surpresa, uma carta-convite no sentido de produzir um texto incluído no projeto editorial ensaístico do livro *Um convite à utopia*, publicado pela EDUEPB, que mobilizou a comunidade de pesquisadores latino-americanos e resultou no capítulo intitulado “A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade” (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016).

Além disso, um acordo de mútua cooperação acadêmica e técnico-científica foi estabelecido entre a reitoria da UEPB e a entidade mantenedora da FASB, com período de vigência entre 2016 e 2021, em conformidade com o extrato do Diário Oficial do Estado da Paraíba, nº 16.272, de 20 de dezembro de 2016, página 11.

Esse convênio acadêmico-institucional proporcionou desdobramentos da cooperação, notadamente a pareceria envolvendo o Núcleo de Tecnologias Estratégicas em Saúde (Nutes), a criação do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (FPPEC/DGP-CNPq) e outras atividades pedagógicas desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB), a exemplo da participação em disciplinas e orientações acadêmicas de dissertações deste mestrado profissional; registro do convênio no Relatório de Avaliação Quadrienal da CAPES (2017); publicações decorrentes do intercâmbio entre educadores e pesquisadores envolvidos nessa cooperação científica³.

Por força da institucionalização do FPPEC no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, a denominação CONSER/FPPEC houve de ser incorporada à nova realidade vivenciada pelos pesquisadores deste grupo, a partir de 2022, com a retomada sistemática de estudos e pesquisas, assim como os

3 Convém destacar as seguintes publicações: o capítulo “Formação de professores e práxis educativo-coletiva” (COSTA; SANTOS; BERGAMO, 2018) e o livro “O que aprendi hoje? Ressignificando a alfabetização no sentido de uma práxis educativo-coletiva” (SOBRAL, 2022).

encontros mensais embasados nos cursos de autoaplicação das referências e fundamentos da proposta de práxis educacional coletiva, conjugando-se à promoção da sala de conversa e interlocuções ético-científicas com pesquisadores convidados.

Esta obra resulta de um empenho coletivo dos membros do concernente Grupo de Pesquisa, conjugando ousadia e modéstia no sentido de apresentar um conjunto de textos produzidos no decorrer de inusitada pesquisa-ação, esta inicialmente em ambiência universitária, os quais se constituíram em referências e fundamentos imprescindíveis para embasar e orientar a aplicação da proposta pedagógica de práxis educativo-coletiva.

Nesse conjunto de textos, o primeiro capítulo intitulado “Economia Propedêutica e Interdisciplinar” foi desenvolvido nos frequentes encontros de estudos e pesquisas do CONSER/FASB, contendo os princípios de uma economia para um precedente conhecimento humano. O segundo capítulo denominado “Cinco Saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC)” elenca os complexos de saberes e suas encadeadas realidades, cujos teores foram elaborados na perspectiva de compor uma produção audiovisual visando comunicar a proposta educacional da FASB. O terceiro capítulo designado “Proposta Pedagógica da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB)” caracteriza o arcabouço histórico e político-institucional, além das etapas de aplicação da práxis educativo-coletiva neste contexto universitário. O quarto capítulo, cujo título consiste na “Intensificação da suficiência em produzir educação de maneira ético-científica”, manifesta os vislumbres mais inspiadores e instigantes do caráter eminentemente educativo da proposta em foco. Por fim, o quinto capítulo sintetiza a “Criteriosidade e contenção em limites”, que são necessárias para delinear os horizontes de uma verdadeira educação enquanto fonte da insuprimível dignidade humana.

1. Economia Propedêutica e Interdisciplinar (ECO-PI)*

Pedro Bergamo
Roberto Marden Lucena
José César dos Santos

Prólogo

A economia, nos seus qualificativos de propedêutica¹ e de interdisciplinar², tem por fulcro do seu objeto a realidade da excedência de produção que não

* O texto, a seguir, contém um saber que foi desenvolvido em encontros mensais de estudos no âmbito do Grupo de Pesquisa-Ação CONSER/FASB. As referências inicialmente motivadoras destes estudos procederam de pesquisas anteriores à fundação da Faculdade São Francisco de Barreiras/Bahia (1999). Resultados destas pesquisas tinham sido publicados pelo já aposentado técnico de pesquisa e planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Pedro Bergamo, o qual, não por mera casualidade, se tornou mediador dos estudos do Grupo CONSER-FASB. Em suas primeiras versões, este texto recebeu contribuições generosas dos economistas Ernani Edvino Sabai e José Neves Santana.

1 “Ensino preparatório. [...] hoje se dá esse nome à parte introdutória de uma ciência ou de um curso que sirva de preparação a outro curso” (ABBAGNANO, 2007, p. 943).

2 “Se a comparação de metodologias, e o pôr em evidência de confrontos possíveis, ou de incompatibilidades que definem as fronteiras de uma disciplina em relação a outra, cons-

pertence à sua fonte geradora. Trata-se, em rigor, da realidade da produção que é distinta da apropriação dos resultados.

Mediante tais qualificativos, a economia em foco reflete a complexidade da condição coletiva da reprodução da vida humana, condição que é elementarmente materializada por sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. Trata-se de materialização que se processa à base daquela excedência que, ao ser obtida, adentra limites e estes urgem prevalecer contra a falta destes limites em apropriá-la.

Diversamente desta incomum abordagem, o objeto de caráter global da vigente “economia política” tem incidido em imprecisão quanto a corresponder à realidade em que este seu objeto se faz presente nos dias atuais³. Trata-se de imprecisão que tem persistido, porque irrelevância lhe tem sido implicitamente atribuída pelos concernentes estudiosos.

Em contraponto a tal imprecisão e atribuída irrelevância, cumpre que um vislumbre de concepção alternativa de objeto da economia seja apresentado, conforme isto é buscado mediante os teores que constam neste texto que, a tanto, se obriga a enfrentar inusitada questão de tal objeto sob essa nova perspectiva.

Entrementes, na continuada ausência de até mesmo um pertinente vislumbre, o objeto da economia global-política há de persistir restrito às representações das práticas de engendrar e promover modos de obter excedentes de produtos, assim como de formas de destinar estes excedentes, o que tem ocorrido mediante uma espécie de “pacto tácito” entre empoderamento po-

tituírem o objeto essencial de um trabalho dito interdisciplinar, então a palavra ‘interdisciplinaridade’ é inteiramente conveniente” (ARÉNILLA et. al., 2000, p. 271).

3 Ao início do Século III, a.C., correspondiam à realidade em apreço procedimentos imediatistas que ainda eram inseparáveis daqueles que hoje correspondem às práticas de organizações familiares, conforme relata Xenofonte em “Oikonomikós (econômico), diálogo sobre a boa administração de uma casa de família” (São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1977, p. 11529).

lítico (Estado) e apropriação econômica (Mercado), ambos a conquistarem sempre mais amplos e previamente garantidos quinhões dos respectivos impostos e “retornos civis”⁴.

Por seu turno, esta conquista tem sido entendida como criação de direitos sobre resultados da produção, o que urge ocorrer previamente à existência destes mesmos resultados, ou seja, prefere-se que o exercício de tais direitos se processe de forma pré-assegurada. Na perspectiva liberal-política atualmente dominante, tal urgência está a desandar na agressividade da “precificação”, ou seja, no apelo à fixação de duas camadas – ainda não formalmente especificadas – do valor de troca dos bens e serviços.

Destas camadas, uma delas é superficial e oportunistamente instável, ao fazer-se valer no imediatismo de quantias de dinheiro e na realização de “sonhos de consumo”. A outra é de caráter tendencialmente estável e perfaz os pressupostos sustentatórios pouco ou nada aparentes do poder político e do domínio econômico, estando compreendida por tributos e, hodiernamente, também por “retornos civis” (lucros, nestes incluídos juros). Entretanto, ambas estas camadas compõem inevitavelmente todo valor de troca, além de estarem convertidas em dinheiro – preço – e de esta conversão servir de conveniente esconderijo. Já a conjunção das duas camadas faculta ao Mercado coincidir com a vivência das relações sociais de distribuição (regime de apropriação dos resultados) a meramente pressuporem as de produção.

A intensidade da criação de direitos sobre resultados da produção pressupõe a prevalência do regime político de cunho liberal, conquanto visibi-

4 Após a crise financeirista de 2008, a democracia nos EUA passou a tomar feição em que a livre iniciativa se rende ao caráter estatal da ordem política, adentrando caráter implicitamente civil em relação ao estatal. A garantia concedida pelo governo central dos EUA contra a falência da “grande banca” passou a significar que a obtenção de tributos cumpre definitivamente prevalecer sobre o caráter propriamente privado da realização de juros, o que implica estes juros passarem a ser realizados a título de lucros em sentido amplo. Já o efeito de tal rendição nos absconditos porões do ideologismo econômico está ainda distante de ser aquilatado.

lidade institucional seja mais intensa para tributos do que para “retornos civis”. Por sua vez, esta visibilidade se tornou mais observável na ausência do regime liberal, situação em que os excedentes econômicos precisam ter destinações mais rígidas, conquanto esta rigidez se implique em cunho antes político-administrativo do que político-econômico. Já este caráter mais político-administrativo tem sido adotado porque liberalismo na criação de direitos sobre resultados da produção passou a se tornar suspeito de incidir em ameaça ao vínculo entre produtor e produto, ameaça que se deve à falta de limites na apropriação dos direitos sobre esses mesmos resultados.

Procedência de tal suspeita reside em que prevenir efetivação desta ameaça tende a implicar interveniência institucional cuja sustentabilidade, direta ou indiretamente a cargo do Estado, torna-se sempre mais e viciosamente onerosa, inclusive por refletir a pouca ou nula distinção entre democracia e mera imprecisão de regime político. Trata-se de interveniência que propende a assumir caráter paternalístico, para não dizer que incide na presunção de ser panaceia social a custas de crescente gasto estatal tido como público.

No intuito de prevenir exorbitância de tal oneração, cumpriria que se buscasse alternatividade de práticas de engendrar e de promover modos de obter excedência de produção. Assim, determinada procedência destas práticas urgiria ser prerrogativa da economia adiante explicitada por este estudo que pressupõe generidade sustentatória cuja prática se torna referência (orientação) e fundamento (base), inclusive para intensificar a clareza dos vigentes entendimentos sobre Direito e Justiça.

Entretanto, ideologias institucionais, especialmente as estatizantes, têm usurpado oportunidades de crítica e de ultrapassagem de equívocos sobre realidades que têm sido cultural e socialmente criadas, dentre estas e peculiarmente, os ilimitados artifícios aos quais correspondem ideologias político-econômicas.

Por seu turno, aquela sempre mais onerosa sustentação da interveniência institucional tem incidido em esconderijo da improcedência de concernentes ideologias. Estas, por sua vez, refletem tal onerosidade cuja imposição se deve

ao caráter ilimitado de projeções do pensar e de artifícios do agir, caráter que influencia a composição da abrangente e estruturada totalidade real da economia. Trata-se de caráter que é próprio de idealizações que têm sido imprecisas (questão propedêutica). Já à deriva desta imprecisão, impede-se intensificação da clareza de ideias a respeito dessas mesmas idealizações (questão interdisciplinar). Assim, as realidades político-econômicas tendem a ser passíveis, antes de ocultação do que de exposição, a devido desvelamento.

Na abordagem a seguir, ressalta-se que excedência de produção precisa ser gerada com generidade sustentatória, pois tem que existir e esta existência cumpre proceder tão somente dos sujeitos que são fontes de autosustentação e heterossustentação, de modo que a própria excedência perfaz persistente condição para estudar as questões sociais e para lidar com estas mesmas questões (via propedêutica).

Em tal perspectiva, esses sujeitos reconhecem e realizam limites autorreprodutivos e heterossustentatórios, o que significa, não só acesso à referência e ao fundamento da distinção entre produzir e apropriar os excedentes, mas também percepção do sentido da liberdade humana, pois, uma vez livremente assumidos tais limites, adentra-se coerência da condição sempre mais indireta do intercâmbio entre a humanidade e a natureza, ou seja, adentra-se coerência com a condição orgânica do metabolismo humano que se implica neste intercâmbio. Além disso, tal coerência assegura objetividade e precisão das ideias sobre as próprias questões sociais (via interdisciplinar).

Princípios de referência e de fundamento

No sentido de preparação para outros estudos (propedêutica), bem como de diferenciação e precisão de saberes da economia (interdisciplinar), em vez de esta mesma economia consumir-se em seu mais recente ideologismo global-político, cumpre recorrer ao caráter orientativo e à condição básica de

quatro princípios, aos quais correspondem realidades que ocorrem complementarmente encadeadas. Por sua vez, este encadeamento precisa ser observado, para que, de uma parte, a prática de gerar excedência de produção passe a dispor de objeto de saber que lhe sirva de orientação e de apoio para que, aos concernentes estudiosos, se torne possível enxergar e ultrapassar exploração humana, e, de outra parte, a concomitante prática de destinar tal excedência adentre criticidade cujo reconhecimento signifique reflexão sobre o seu caráter constantemente injustificado e sobre a histórica ausência de preocupação sobre o dever-ser desta mesma criticidade.

1º PRINCÍPIO: **o equilíbrio dinâmico-sustentatório de todo organismo**

Por sua própria natureza, todo organismo é sustentado enquanto a tanto ainda imaturo. Mas, uma vez já adulto, sobremaneira na concernente condição humana, sua sustentação se torna peculiarmente problemática.

De uma parte, a sustentação singular e coletiva da pessoa humana é imprescindível ou autoimpositiva (natural-institucional), pois, na pertinente falta, o indivíduo e a coletividade iriam perecer. De outra parte, sustentação sempre efetiva incide no autodesdobramento em novo(s) organismo(s), interna e externamente ao indivíduo, cuja tendência a proliferar de modo ilimitado tem incidido no contraditório de ser solução da imprescindível reprodução humana, mas, simultaneamente, ter coincidido com o problema de acontecer proliferação humana de modo incoerente com os limites que caracterizam o equilíbrio do intercâmbio entre natureza e metabolismo humano.

Por sua vez, esse autodesdobramento do organismo se implica nos dois gêneros de indivíduos cujas naturezas facultam existir coletividade, desde a radicalmente mínima (mãe e criança) até aquela que sempre propendeu a ser

excessivamente numerosa. No âmbito de ambas – mínima e/ou numerosa – processa-se interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. Assim, esta interação sustentatória e aquela propensão a exceder na quantidade de indivíduos perfazem, respectivamente, procedência e improcedência, a respeito da proliferação humana, ou seja, solução recorrentemente inseparável de problema, ou ainda, refúgio indissociável de ameaça.

A unidade composta por prevenção de perecimento e por autodesdobramento em novo(s) organismo(s) coincide com equilíbrio dinâmico-sustentatório (movimento sem queda) do organismo, inclusive enquanto este compõe coletivo. Assim, a sustentação singular e geral coincide com uma dinâmica econômica que é comum, genérica ou universal, enquanto conteúdo humano de outras realidades além dessa da economia em apreço. Trata-se de conteúdo que passa a incidir, por força daquela dinâmica, em referência (orientação) e fundamento (base), as quais facultam acessar as realidades humanas em alcance propedêutico (preparatório para estudar tais realidades) e, também, interdisciplinar (idealmente claras, evidentes e inequívocas, no sentido de que todas e cada uma das realidades às quais correspondem sejam específica e/ou conjuntamente bem entendidas).

Dar conta da sustentação em foco coincide com exercer o trabalho que ainda precisa servir de parâmetro para ultrapassar a existência de conflito na história dos trabalhos em geral, pois a mera apropriação dos resultados de trabalho veio a se impor, não só como também trabalho, mas inclusive como o mais privilegiado de todos. Assim, tem-se que enxergar a autodivisão que é inerente ao contexto dos trabalhos, enquanto persista ainda utópica a autounião, esta também a incidir em trabalho.

Por seu turno, o contexto dos trabalhos coincide com a circunstância em que se tornam transparentes determinados resultados da influência de valores classistas na esfera das relações de produção. Segundo estes valores, que correspondem a projeções ilimitadas do pensar a desandarem em artifícios ilimitados do agir, a fonte de trabalho, este enquanto único meio de vida,

não estaria carente de acesso a uma maior proporção dos resultados da sua eficácia laboral, inclusive daqueles resultados que têm sido convertidos em riqueza já acumulada. Já a carência em foco tem induzido certos trabalhos a serem pouco ou nada valorizados e até dolorosos.

Em contraponto a tais projeções ilimitadas do pensar, a facultarem artifícios também ilimitados do agir, sustentação humana mediante trabalho precisa coincidir com intercâmbio sempre mais indireto (instrumentalizado) entre humanidade e natureza, recorrendo-se, para tanto, a artifícios de origem cultural-civilizatória. Por isso, cumpre que a condição indireta deste intercâmbio deixe de estar incoerente com o metabolismo, ou seja, com a natureza enquanto organismo que também compõe a pessoa humana.

Todavia, coerência é condição para refletir sobre o que cumpre acontecer como trabalho de inequívoco sentido, trabalho que passou a ser aceito como a mediação cuja constante presença possibilitou emergir a consciência humana em sua mais primordial formalidade, tornando-se então possível refletir sobre a relação entre prática e teoria, bem como entre sujeito (fonte de idealizações) e objeto (resultado do uso de idealizações).

Então, à conta de refletir sobre sentido inequívoco do que precisa perfarer trabalho, torna-se aceitável categorizar como sujeito apenas a fonte de produção que é distinta da apropriação dos resultados.

Por sua vez, esta produção só acontece individualmente e, uma vez efetiva, incide em integração econômica e em amenização da violência. Na atualidade, esta amenização significa que o assalariamento é menos violento do que o foi a escravidão, ou mesmo, esta escravidão em confronto com o canibalismo⁵.

Quanto à possibilidade de dinamizar esta amenização, tem restado inegável que persistem ainda muito obscuros os acontecimentos que, desde os

5 Conforme se torna inferível nos escritos de György Lukács (2010, p. 86-88).

mais remotos, precisaram perfazer a história da humanidade, apesar das descobertas e do avanço dos métodos de pesquisa a tanto imprescindíveis. Entrementes, intensifica-se o convencimento de que aquelas descobertas ultrapassam meras curiosidades, justificando-se uma já inegável tendência de considerá-las indispensáveis ao estudo do desenvolvimento humano em relação àquele da economia, dado que esta relação tem sido influenciada pela sustentação singular e universal das espécies de organismos.

Ao longo de seu desenvolvimento e ao estar sustentada, a espécie humana se difundiu, constituindo-se em aglomerações cujos indivíduos ficaram sempre mais estranhos em relação aos de outros grupamentos, esmaecendo-se afinidades comuns e retardando-se conscientização sobre o que é genericamente humano. Concomitante com esta difusão, as aglomerações se dispersaram e se tornaram estranhas umas às outras, ao passo que tendia a ser sempre mais precário o acesso aos meios de vida, os quais – de maneira natural e imediata – tinham que incidir naqueles mais aptos ao consumo.

Assim, por força de este acesso se tornar precário e de se intensificar aquele estranhamento, impôs-se ultrapassar passividade adaptativa às limitações ambientais, mediante espontâneas intervenções na reprodução natural dos meios de vida. Com a repetição, inevitável para todos os efeitos, da prática de assim intervir, emergiu oportunidade para aparecer consciência do concernente ato, cujo caráter enfim reflexivo passou a incidir na sua própria representação. Todavia, permaneceu inconsciente a necessidade de coerência deste ato com o intercâmbio orgânico entre a humanidade e a natureza livre, ou seja, com o metabolismo que perfaz união entre humanidade e natureza no âmbito do indivíduo. Já a necessidade em foco sempre se constituiu na condição de persistir incompatibilidade entre os processos de humanização e de mera socialização.

Entretanto, o sentido de humanização ainda persiste exposto a dúvidas, ocorrendo à base das seguintes tendências mais originárias: 1) tem sido reflexo de que “a base vital do gênero humano se realiza [...] de modo irrevoga-

velmente imediato”⁶; 2) tem decorrido da insuficiência de adaptação humana à ambiência não mais ilimitada e farta, insuficiência que tem coincidido com indistinção entre produção e apropriação. Por isso, produção tem sido recorrentemente artificial, consciente, incômoda etc., condição que a tem convertido em pomo da discórdia entre pessoas e, inclusive, entre povos; já apropriação é sempre natural, instintiva, cômoda etc., o que tem se implicado no trabalho de conquistar condição para a pessoa culturalmente adulta ser retardada em relação à maturidade natural. Dada tal diferença, tem ocorrido retardamento até mesmo da possibilidade de expansões populacionais depararem ambiências não mais ilimitadas e fartas, o que tem presumido modos de apropriar que prevalecem sobre aqueles de produzir, a exemplo dos que, na atualidade, ainda persistem junto a certos grupos aborígenes nas Américas, em África e na Oceania.

Por seu turno, desenvolvimento econômico ainda se apresenta demasiadamente fragilizador de pessoas e famílias, ambas a estarem social e/ou geograficamente reduzidas a terem que gerar excedência de produção imprópriamente destinada. Neste aspecto, resta ainda notória a destinação dessa excedência a inconscientes usurpadores da oportunidade de expandir as suficiências verdadeiramente coletivas, especialmente a originária do Oriente Fértil (territórios, hoje repartidos entre Síria, Iraque, Irã e Turquia, os quais ainda persistem recorrentemente expostos a invasões e conquistas)⁷.

6 Karl Marx citado por Lukács (2012, p. 419).

7 Conforme consta no Atlas da História do Mundo (BARRACLOUGH, 1995, p. 40; 52; 56-58).

2º PRINCÍPIO: a propriedade – o artifício cultural-social do mais radical dos contraditórios

Ao longo da história dos simultâneos desenvolvimentos da humanidade e da economia, o surgimento e a recorrência da propriedade sempre coincidiram com o contrassenso de que ambos tenham sido imperativos, conquanto sejam perversos.

Trata-se de contrassenso que se deve à realidade em que tem incidido o processo de apropriar a prontidão já efetiva dos meios de vida. Este processo sempre incorreu em falta de limites, ao abranger, na pertinente ação, as fontes físicas dos meios de vida, notoriamente a fonte humana de trabalho, assim como resultados cujas meras idealizações se fazem valer como trabalho no pensamento dos pertinentes sujeitos.

Em uma perspectiva histórica, a propriedade foi cultural-socialmente efetiva junto aos povos agricultores e de pouca ou nula serventia junto aos povos pastores, o que contribui para explicar a precoce, maciça e violenta migração destes últimos, notoriamente no caso das civilizações que se sucederam na planície da Mesopotâmia e adjacências, bem como da possível diferença entre a origem do Estado nesta planície e no vale do Nilo.

Na atualidade histórica da condição imperativa da propriedade, o concernente artifício tem como ser observado à base de unidades nas quais há inclusão de poucos indivíduos, ou mesmo de apenas um, enquanto todos os demais restam excluídos. Em decorrência de tal imperatividade, os excluídos se tornam astronumericamente numerosos, o que significa, não só problemas de exclusão assim numerosos, mas também tantas soluções de inclusão quantas forem as unidades em foco.

Assim, há como dizer que problemas correspondem, basicamente, à inevitabilidade de estabelecer contratos informais e formais para adentrar propriedades alheias, ou seja, tais contratos são devidos à necessidade de enfraquecer a condição espontânea ou inconsciente de exercer liberdade. Por sua

vez, as soluções sequer chegam a corresponder ao total daquelas unidades, pois estas incorrem em limites que dificilmente se coadunam com a recorrente pressão da parte dos interessados em nelas se incluírem.

Tal desproporção entre problemas e soluções se torna especialmente crítica, tendo-se em vista que o surgimento da propriedade pressupôs as circunstâncias em que dificuldades de acessar as imprescindíveis fontes dos meios de vida e de atender à recorrente necessidade de haver abrigos passaram a se prenunciar como ameaças até mesmo à sobrevivência das populações. Por isso, estas ameaças motivaram defesa, inclusive contra a mera possibilidade de que ambos – acesso e abrigo – deixem de existir.

No transcurso da história humana, cumpre considerar as circunstâncias em que emergiram os hábitos sustentatórios junto aos mais originários agrupamentos de indivíduos, pois, nestas circunstâncias, ainda hoje emergem oportunidades de surgir precedentes do artifício cultural-social da propriedade. Tais precedentes têm coincidido com resultados de reações a ameaças ou a incertezas sustentatórias, mas também à busca de refúgios que sempre significaram, desde a garantia do mero atendimento das necessidades vital-básicas, até possibilidades de garantir abrigo, bem como de encontrar condições para fluírem as atividades das quais dependem a sobrevivência individual e a continuidade dos pertinentes agrupamentos.

Em outros termos, ameaças sempre presumiram a recorrência de agressões de tripla origem: 1ª) *natural-orgânica*, ou seja, a partir das próprias entranhas do ente humano – insuficiências e até mesmo falta dos meios de atender as necessidades vital-básicas; 2ª) *ambiental-acidental*, que é inerente à natureza livre, a exemplo de doenças, de ataques de animais selvagens, das ocorrências de intempéries climáticas, dos obstáculos ao eventualmente inevitável deslocamento de indivíduos e/ou grupos etc.; e 3ª) *físico-evolutiva*, por conta da acentuação das diferenças entre grupos – intensificação da estranheza, até a situação em que belicosidade e até canibalismo se tornaram inevitáveis.

Em conformidade com a primeira dessas origens, resta até dispensável explicitar que o atendimento das necessidades vital-básicas é rotineiro e im-

prescindível. Entretanto, cumpre haver consciência de que ocorre de modo sempre limitado. Já em relação à origem ambiental-acidental, os indivíduos e os seus grupamentos tiveram que se proteger, recorrentemente, contra riscos de serem inclusive extintos, sobremaneira na mais remota existência da espécie. No tocante à origem físico-evolutiva, nunca chegou a ser suficientemente alcançado o fim da intensificação da estranheza, apesar de que – para evitar confrontos – tenha sido ocupada a totalidade dos espaços em que fosse possível sobreviver.

Assim, a oposição entre refúgio e ameaças favoreceu a efetividade das práticas sobrevivenciais, secundadas por aquelas de defesa preventiva que, anteriormente, era seguida de maneira imediatista, mas propensa a se generalizar enquanto agressão.

Por força de tal propensão, restou historicamente tecida a problemática das circunstâncias nas quais se impuseram novos riscos de sobrevivência aos grupamentos humanos, tornando-se mais notórias duas implicações: *a*) defesa dos recursos naturais residual-prontamente disponíveis; e *b*) reação à ameaça de esgotamento dos meios de vida pronta e gratuitamente providos da natureza, mediante intensificação do recurso a produzir.

Defesa preventiva se impôs a partir deste ou daquele grupamento humano contra outro(s), acentuando-se na presença de ameaças ao atendimento das necessidades vital-básicas. Entretanto, riscos de não mais ser possível tal atendimento sempre tiveram que ser enfrentados mediante vigilância e, a seguir, de cercamento de fontes de meios de vida. Já este cercamento tinha como emergir à base de conscientização sobre a importância de obstáculos incidirem em causalidade natural e/ou social para engendrar artifícios contra efetivas ou mesmo eventuais agressões. Após aquelas ameaças se tornarem constantes, difusas e até mesmo fatais, tal cercamento foi restringido em sua extensão, tendo-se em vista já ser possível aumentar eficácia defensiva, além de que passou a ser substituído por fortificações. Entretanto, o encargo de buscar meios de vida assumiu o feitio de incursões no território

externo às fortificações, recorrendo-se a grupos cujos componentes se desvelavam mais expeditos e estavam mais adequadamente equipados.

A oposição entre refúgio e ameaças se tornou estrutural e coincidiu com a circunstância em que, durante milhares de anos, foi humanamente exigido que o sistema nervoso e a atividade cerebral tivessem que se habituar à presença desta mesma oposição. Por sua vez, a aquisição de tal hábito se tornou necessidade de significado propriamente grupal, inclusive a necessidade de transmutar as anteriores fortificações em fortalezas que, a seguir, se constituíram em embriões de futuras cidades, ou mesmo de metrópoles tal como chegou a ser as antigas Nínive e Babilônia. Aquelas fortalezas se caracterizaram por não poderem prescindir da garantia – da propriedade, para os esperados efeitos – de não faltar acesso aos excedentes de produção provinidos do seu exterior. Então, sobressaíram duas outras ou novas necessidades que já emergiram caracterizadas como desafios sustentatórios de alcance individual e grupal: 1ª) subsistência de antemão garantida; e 2ª) reposição, recorrentemente atualizada, dos artifícios que são, direta ou indiretamente, imprescindíveis à obtenção de excedentes de meios de vida.

Tais desafios, expostos à condição dinâmica do equilíbrio dos organismos e à origem externa da excedência de produção, se implicaram em sucessivas ocupações, inclusive mediante conquistas belicosas dos espaços físicos em que a vida humana sempre fora mais sustentável, a começar pelos vales de rios cujas periódicas enchentes fertilizavam suas margens, peculiarmente a dupla Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), assim como Nilo (Egito), Indo (Índia), Azul e Amarelo (China).

Na ausência de desequilíbrios entre produção natural e sustentabilidade humana, a exemplo do que, antes da chegada de povos europeus, se verificava na América do Sul e à oriente da Cordilheira dos Andes, assim como nos territórios africanos, ao sul do Saara, e na Oceania, a sustentação dos aborígenes havia persistido fora das ameaças que costumam decorrer do ilimitado atendimento das necessidades socialmente criadas de poder e de riqueza. A belicosidade que acontecia com frequência entre tribos, povos

ou gentes, não era ocasionada pela predominância de motivações de caráter propriamente sustentatório ou econômico.

Nos diversos contextos e intensidades em que a oposição entre refúgio e ameaças sempre se fez valer, restou comum, universal ou geral que refúgio, para a espécie, grupos ou indivíduos, nunca ultrapassou, por irrelevante que ainda hoje o pareça, a inconsciente condição de prole humana naturalmente ainda autoinsustentável, ou seja, a sempre e meramente embrionária clareza sobre o que cumpre significar coletividade humana.

Assim, aqueles embriões de cidades se converteram em sedes do poder escudado na força. Posteriormente, com a agressão de povos pastores contra grupamentos ou mesmo cidades daqueles povos que já haviam desenvolvido a agricultura e a domesticação de animais, tais embriões passaram a coincidir com sedes de Estado. Este, por seu turno, significou inovação à base de relações entre fortaleza e adjacências, uma vez que – por óbvio que o tenha sido – apenas nestas adjacências existiam as fontes de meios de vida para a emergência de um embrião da sociedade humana, que se encontrava em franca formação no interior desta mesma fortaleza.

Na coincidência geográfica entre Estado e sociedade emergiram ações de apropriação para garantir acesso a excedentes de produtos, garantia que desandou na excludente prerrogativa de impingir e cobrar tributos, a exemplo do que, muito depois e na Antiguidade Clássica, veio a consolidar-se como coincidência entre cidade e Estado. Tais excedentes provieram de pluralidade de organizações geradoras de meios de vida e de defesa (“oikonomia”, de Xenofonte)⁸ não diretamente condicionadas pelo Estado, cumprindo ser entendidas como propriamente civis, apesar de se condicionarem a perfazer fonte dos meios sustentatórios do Estado.

Na dinâmica desse condicionamento, a destinação de meios sustentatórios do Estado converte-se em certeza do que veio a se tornar tributo,

8 Para conhecer a origem do termo, consultar Xenofonte (1985; 1999).

implicando em que a propriedade perfaça simbiose entre defesa do Estado, mediante obtenção de meios para sustentá-lo com máxima e efetiva prioridade, e agressão dos súditos. Ao separar as pessoas em relação às fontes dos meios de vida, a propriedade faz com que estas mesmas pessoas adentrem um inescapável dilema: ou perecem ou, então, geram excedentes para o sistema garantidor da propriedade.

No âmbito da simbiose entre Estado e propriedade, esta última se consolidou como imperativa e perversa, ou seja, passou a se impor em bases, respectivamente, de defesa e de aguilhão, para que o processo produtivo de utilidades se voltasse a gerar tributos e retornos civis. Assim, este aguilhão e aquela defesa passaram a ser pressupostos peculiarmente obscuros do caráter político da economia, assim como da extrema complicação a que se reduz o trabalho, ao se dividir – autodivisão no seu próprio contexto – nessa obscuridade⁹.

Em síntese, a propriedade veio a ser o mais radical dos contraditórios, pois se tornou imperativa, para que o processo produtivo de bens e serviços seja posto em movimento; e perversa, por também incidir em inescapável pressuposto à sua própria ilimitação acumulativa.

9 Nesta perspectiva, cabe que se recomende às pessoas em geral que se “vacinem” contra o caráter mais radical dos contraditórios em que incide a propriedade. Para tanto, urge que se detenha um mínimo da essência da propriedade mesma: um domicílio próprio e, sobremaneira, o saber lidar com o disparate de que, enquanto socialmente essencial, a propriedade detém o contraditório de ser reproduzida como imperativa e perversa. A imersão do trabalho na propriedade tem implicado que ele próprio incida em uma mistura de realidades. Além disso, estas realidades ainda não detém abstrato-representações prontamente discerníveis, quais sejam: sustentar-se em interação sempre mais indireta com a natureza; gerar excedentes fora da propriedade da sua própria fonte; cercar fontes de meios de vida, artificializando escassez; autodividir-se em modos de ocorrer que, entre si, acabam até mesmo antagônicos; e exercer-se, enquanto complicado reflexo da sua própria divisão, ao se manter e se ampliar.

3º PRINCÍPIO: obviedade da excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora

Este princípio encadeia-se com os anteriores, por força de que, no âmbito grupal-minimamente coletivo¹⁰, ele sempre coincidiu com a coletividade humano-orgânica em ampliada reprodução. Esta coletividade emerge a partir do recorrente desdobramento dos indivíduos correspondentes aos gêneros da espécie humana. Na condição deste desdobramento, os novos organismos não emergem por si mesmos e, até atingirem sua maturidade natural, não se mantêm por sua própria conta; todavia têm que existir. A hipótese de suprimir tal reprodução significaria o fim da nossa existência enquanto espécie, além de que, historicamente, fazer pouco caso desta reprodução tem acompanhado, não só a persistência da indignidade humana na convivência social, como também o aparente impasse em se chegar a sentido verdadeiro do que é coletivo.

Trata-se, além disso, de existência que sempre facultou distinguir entre o que se reproduz como natureza e o que precisa acontecer como resultado de projeções do pensar e de artifícios do agir, conquanto tal resultado nunca tenha sido devidamente considerado enquanto realidade de caráter cultural que tivesse emergido ao longo do processo civilizatório.

De fato, não emergir por si mesmo e não ter como se sustentar até atingir sua maturidade, um e outro perfazem realidades naturais e estas são características da prole humana naturalmente ainda autoinsustentável. Por sua vez, esta prole sequer tem encontrado ambiência que lhe faculte, oportunamente, reconhecer estas suas características.

Na ambiência em foco tem persistido cultura socialmente marginalizadora do que cumpre se implicar na dignidade humana, tendo-se em conta que esta dignidade jamais deixou de pressupor a reprodução da espécie

10 Corresponde a sustentador(es) e prole humana naturalmente ainda autoinsustentável.

como questão imprescindível, em vez de restar, em rigor e por implícito que o persista, superfluamente inevitável, para não dizer, amoral.

No decorrer do processo cultural e civilizatório, tem sido inevitável o que sempre caberia explicar, alternativamente, o conluio pelo qual se ampliam tributação, lucro e juro, cuja falta de ético-cientificidade ainda sequer tem sido vislumbrada enquanto implicação de ilimitações do pensar (ideologismo) e do agir (conflitismo), peculiarmente junto aos falsos heróis da história.

Por força de tal conluio, pessoas adultas têm persistido inadvertidas a respeito de recorrente impasse histórico para elas se darem conta de que (in)justiça sempre facultou distinguir entre indivíduo (sujeito ou fonte de ação) e coletivo humano (objeto ou resultado de ação já acontecida). Por isso, fonte e resultado de ação – sujeito e objeto ou indivíduo e coletivo humano – ainda não chegaram a ser reconhecidos na condição de realidades que perfazem referência e fundamento. Para este reconhecimento, tudo o que é coletivo possui suporte real e este mesmo suporte tem que existir, apesar de não emergir e não se manter por si mesmo, ou seja, é existência que, de antemão, perfaz caráter natural-institucional.

Por sua vez, este caráter sempre pressupôs coincidência entre a ampliada reprodução da coletividade humano-orgânica e a obviedade da excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora.

Assim, assumir este pressuposto incide em eticidade a toda prova, pois coincide com gesto radicalmente generoso cuja fonte perfaz prerrogativa de verdadeiros sujeitos. Já esta mesma fonte, no curso da história da humanidade, ainda não logrou sequer saber que a sua generosidade tem que se efetivar somente enquanto faz existir realidades que incidam em sentido verdadeiro do que é coletivo.

A propósito desta excedência, resultados da produção também não emergem e não se mantêm por si mesmos. Entretanto, nem todos têm que existir, o que coloca a necessidade cultural-social de atribuir determinado

entendimento a resultados do pensar e do agir em sociedade. Trata-se de atribuição cuja efetividade se sobrepõe ao arbítrio da pessoa, além de se tornar possível ao ser considerada a condição naturalmente ainda autoinsustentável da prole e o caráter cultural-social de tudo o que, por força desta mesma condição, também tem de existir.

Já esse entendimento cumpre perfazer ético-cientificidade na interdependência entre humanização e desenvolvimento econômico. Para tanto, produtos e sua obtenção precisam ser apreciados na condição de estarem contidos em limites e que, obviamente, esta mesma condição coincida com o pressuposto para existir ciência. Por outra parte, assumir limites físicos na apropriação de produtos cumpre também ser pressuposto para existir ética sustentatória, ou seja, para prevenir que falsos sujeitos se sirvam da fragilizada condição à qual sempre se encontrou exposto tudo o que perfaz sentido verdadeiro do que é coletivo.

Contudo, a insuficiência de ético-cientificidade na destinação dos excedentes econômicos ainda perfaz circunstância na qual tem sido postergada a oportunidade de dinamizar o processo de humanização. Comprova-se tal insuficiência à conta de que se reproduzem as desigualdades políticas, as disparidades econômicas e os desníveis educacionais. Trata-se de reprodução que tem incidido em motivo para desviar a atenção das pessoas a respeito da inconsciência sobre inegável usurpação dos excedentes econômicos que são imprescindíveis para concretizar o sentido verdadeiro do que é coletivo, cujo mais significativo suporte real é a prole humana naturalmente ainda autoinsustentável, assim como tudo o mais que, tal qual esta prole, não se origina e não se mantém por si mesmo, mas tem que existir.

Por sua vez, aquela inconsciência cumpre ser ultrapassada e, na conjectura de este feito vir a ocorrer, a usurpação em foco incidiria em ignóbil conduta, ou seja, em uma posição cultural-social a revestir-se de vanglória individualista e de insensibilidade humana a toda prova. Além disso, tal conduta ainda não se tornou reconhecível, nem mesmo no nível universitário do processo educacional, pois, no âmbito deste processo, sempre esteve au-

sente a criticidade dos significados de propedêutico e de interdisciplinar. Assim, os aprendizes, em todos os níveis educacionais, não têm contado com oportunidade para se aperceberem de que ético-cientificidade seja ao menos plausível em questões de desenvolvimento humano.

4º PRINCÍPIO: **conciliabilidade entre os desenvolvimentos econômico e humano**

O significado do princípio em apreço coincide, exclusivamente, com aquele da autoafirmação do indivíduo-sujeito, à medida que este reconhece a excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora enquanto realidade que sempre ocorre ou que é impossível de não ocorrer, em razão de ser natural-institucional. Então, convence-se de que gerar esta excedência perfaz a atividade estritamente singular-pessoal de produzir distintamente de apropriar, ao passo que não a gerar ainda carece de entendimento quanto a se implicar, inevitavelmente, em impingir a outrem o exercício da pertinente e imprescindível obrigação.

Por sua vez, esta atividade se torna requisito da existência, não só daquela primordial interação entre sustentador(es) e prole humana naturalmente ainda autoinsustentável, como também dos artifícios humanos que perfazem, tal como a interação em foco, sentido verdadeiro do que é coletivo, por força de adentrarem a condição natural de algo não surgir e de não se manter por si mesmo, mas de ser imprescindível para que a humanidade mesma não deixe de existir.

Dentre tais artifícios, destacam-se aqueles cuja existência depende de educação *lato sensu*: conviver, dominar linguagem, contribuir para a constituição de coisas de uso comum, tais como vias de circulação, saneamento básico, preservação ambiental de modo compatível com a vida etc.

Reconhecida a peculiaridade desse requisito, o indivíduo-sujeito se capacita a admitir que destinatários da excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora têm deparado penúria, tanto de ética relativamente ao modo de esta excedência ser obtida, quanto de justiça relativamente à forma de ela ser destinada.

Por sua vez, essa capacitação é reflexo de existir ciência sobre tal penúria, tornando-se possível conjecturar alternativas de reduzi-la, mediante ética de obter e justiça de destinar aquela excedência, inclusive exteriormente ao grupo natural-mínimo de sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável.

Todavia, tal conjectura sequer tem sido explicitada, mesmo enquanto hipótese de trabalho que sirva para admitir a concernente possibilidade. Por isso, a explicitação em foco cumpre perfazer desafiante iniciativa a ser desencadeada tão somente por indivíduos cujas singularidades se dispõem a vislumbrar determinada generidade humana e este vislumbre passe a mediar as formas de pensar e os modos de agir. Na atualidade histórica, a necessidade de tal disposição está a prenunciar algo parecido com uma “ontoscrazia”¹¹.

Na democracia ora vigente, constata-se impasse político-institucional no sentido de que excedência de produção de verdadeiro sentido coletivo

11 O neologismo, correspondente a este termo, presumiria uma espécie de “abrasileiramento” da democracia, na perspectiva de que a clássico-antiga influência mais representativa do “demo” (“gens”, tribo ou nação) viesse a ser sucedida por influência da estrita pessoa. Na perspectiva desta sucessão, urge que se ultrapasse a mediação do poder absolutizadamente político e se dissemine a mediação da generidade humana, cuja nascedouro cumpre incidir em limitação das projeções do pensar e dos artifícios do agir na instrumentalização do intercâmbio entre metabolismo humano e natureza livre, assim como em mitigação da inegável cumplicidade entre empoderamento político e dominação econômica. Já esta cumplicidade tem incidido em velada mistura de omissão (relativamente a sentido verdadeiro do que é coletivo) com “vale-tudo” (no exercício da liberdade), bem como em separação, esta apenas aparente, entre antagonismo político e competição econômica. Por sua vez, tal incidência tem provocado disseminação de imprecisões próprias de ideologias.

seja obtida e destinada exteriormente ao grupo natural-mínimo de sustentador(es) e prole, porque, em tal exterioridade, excedentes econômicos são obtidos na forma de tributos e esta forma somente se faz valer mediante aquisição de utilidades cuja produção tende a ser concretizada à conta de sempre mais avantajada e excludente conquista do que hoje, por conta de conjunção com o que é estatal, denominam-se “retornos civis”.

Assim, a autoafirmação do indivíduo-sujeito tem propendido a persistir mera potência em abraçar generosidade enquanto ruptura procedimental. Esta ruptura tem sido ainda raríssima, peculiarmente na história humano-profana. Perfaz iniciativa a ser assumida, de maneira extremamente ousada e modesta, não apenas no sentido de seguir limites na apropriação das fontes de meios de vida, como também à luz da distinção e separação de dois horizontes da história humana cujos desvelamentos se processam em períodos já multimilenares: de uma parte, produção assumida de modo parcialmente generoso e de forma criativa (\pm 8000 a.C.), e de outra, agressão enquanto conquista e/ou defesa preventiva (cerca de 3100-2500 a.C., Egito e Mesopotâmia, respectivamente).

Desde estes remotos períodos do processo simultaneamente cultural e social, assim como no horizonte da defesa preventiva, a reprodução dos agrupamentos humanos tem tido que acontecer inerentemente à exclusividade – hoje propriedade – de exercer pilhagem, esta mediante apelo a tributo, lucro e juro. A posse desta exclusividade não veio a ser realizada por um único e individual senhor, tendo-se que lograr ágil e propícia cumplicidade junto a múltiplos prepostos, além de que, junto ao próprio senhor, tornou-se imprescindível a concernente defesa, inclusive contra seus pares ou enquanto precedente do antagonismo como objeto da política.

Para tanto, aqueles prepostos têm participado da tributação, o que houve de prevalecer à base de garantia da propriedade, não só de bem delimitadas partes da pertinente conquista territorial, mas também da obtenção de excedentes econômicos forçosamente gerados por súditos. Na esfera desta forçosidade sempre aconteceu mistura de tributação com retornos civis. Graças

à reprodução da mistura em foco, veio a consolidar-se o caráter propriamente institucionalizado da propriedade, ou seja, a excludência de estranhos ao acesso às fontes dos meios de vida, juntamente com regalias que têm sido atribuídas, de forma assim excludente e de maneira violenta, a uma ou poucas pessoas, enquanto, junto a todas as demais, incidiu-se no padecimento da sustentação destas mesmas regalias.

Por seu turno, a condição recorrentemente violenta da existência de tais regalias também persiste pressuposta à obtenção de tributos para garantir a propriedade, pois, na ausência desta garantia, ocorreria regresso à pilhagem generalizada.

Em síntese, a violência de tributar houve de perfazer monopólio centralmente exercido para não se inviabilizar, ou seja, para não se expor à sua própria absurdidade. Trata-se de absurdidade que tem permanecido em implicitude tão peculiar que até hoje ainda não se tornou reconhecível, apesar da sua onipresença. Mas, a necessidade deste reconhecimento, ou da explicitação daquela absurdidade, passa a pressupor o que é prerrogativa do indivíduo-sujeito, pois somente este, na sua inalienável subjetividade, há de chegar a tal reconhecimento.

Para antecipar esta chegada, convém que se evidencie o absurdo da violência generalizada de tributar, absurdo que está a prevalecer desde, pelo menos, a difusão das cidades-Estado sumérias na Mesopotâmia meridional (final do 4º milênio a.C.). Era considerada a obtenção de excedentes de produtos para manter militares em tempo integral, estes desde então imprescindíveis, enquanto aquela obtenção passou a se impor de modo gratuito: violência senhorial (Vs), ou seja, quantitativamente determinada como se incidisse em mero vetor – “fenômeno expresso em matemática, como uma grandeza determinada em quantidade, direção e sentido”¹². Já o caráter senhorial da violência somente se efetivou mediante violência preposta (Vp),

12 Conforme consta em Nicola Abbagnano (2007, p. 1195).

ou seja, mediante repetição do mesmo fenômeno, junto a todos os imprescindíveis prepostos, resultando em um produto que fosse o quanto possível positivamente maior ($V_s \times V_p > 0$)¹³.

Em contraponto a tal absurdidade, cumpre adentrar o sentido de outro horizonte das realizações das tendências da história humana, aquele da produção parcial-generosamente assumida e criativa, ou seja, da mais decisiva e, por isso, mais demorada mudança de processo social para processo de humanização. Para tanto, é necessário que o indivíduo-sujeito se apoie na referência e no fundamento, os quais são inerentes à circunstância interativa entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. No âmbito desta interação há gratuidade sempre individual de sustentador (Gs), a ser entendida como delimitação apropriativa contra si mesmo e apropriação heterolimitada junto à prole (Ap). Assim, sempre à base de produzir distintamente de apropriar, sustentador(es) se impõe(m) limites à apropriação do que individualmente ele(s) produz(em) e a prole reflete limites que lhe são determinados a partir da realidade sustentatória que é externa à própria existência. Por isso, a distinção em apreço implica reverter o sentido do produto obtido por violência senhorial ou em acontecer enquanto soma zero ($G_s - A_p = 0$)¹⁴.

Entretanto, torna-se problemático até mesmo pensar esta soma, pois a circunstância em que a prole é sustentada não tem ultrapassado a esfera da

13 Leia-se: V_s é o caráter da violência de um único senhor; V_p é o imprescindível e mesmo caráter da violência deste senhor junto aos seus prepostos, os quais também se sustentam à conta de violência, esta enquanto obtenção de tributos e, na atualidade, acrescidos de retornos civis. Em ambos os casos, não tem existido racionalidade na determinação de limites dos resultados a obter: tanto mais, tanto “melhor”.

14 Leia-se: G_s = gratuidade de sustentador(a) de prole naturalmente ainda autoinsustentável, gratuidade que só acontece individualmente. Em ambos os casos, há limites: gerar excedência de produção acontece de modo autofixado, afetuosa e prontamente, por sustentador(a), enquanto a apropriação desta mesma excedência pela prole (Ap) resulta objetivamente heterofixada. Em geral, a produção adentra limites por sua própria natureza.

afetuosidade. Por sua vez, as fontes humanas desta afetuosidade têm tido que subsistir no bojo da propriedade, ainda que os limites auto-heteroatribuídos da apropriação das utilidades obtidas pelo(s) sustentador(es) facultem precisão científica¹⁵, além de que, à referência destes limites, produção e apropriação se tornem entre si distintas.

Assim, afetuosidade e precisão científica cumprem perfazer, respectivamente, fundamento e referência para que ambas sejam empreendidas pelo indivíduo-sujeito, mediante consciência de que tão somente ele há de assumi-las e em razão de que, em nenhuma outra hipótese, elas iriam ocorrer.

Então, na contínua possibilidade desta ocorrência, sempre será possível assumir a paradoxalidade de opcionalmente ter que gerar e destinar excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora.

Trata-se de paradoxalidade que se coloca como a mais promissora via de autoafirmação do indivíduo-sujeito ao longo da sua própria história pessoal e como realidade humanizadora.

Se a oposição entre refúgio e ameaça sempre incidiu na circunstância em que espontaneidade (fazer, sem saber que se faz) tem como se transformar em consciência (o saber a respeito do que se faz), então assumir essa via de autoafirmação há de pressupor tomada de consciência para prevenir ameaças de que esta mesma via reste fragilizada, por força de que não se desconcentra a conjunção de poder político com domínio econômico.

15 Sintomaticamente, limites não costumam ser apontados enquanto condição da existência dos suportes reais dos objetos de estudo para fazer ciência. A rigor, restam irrelevantemente subsumidos. Todavia, ilimitação de suportes reais de fenômenos como empoderamento e enriquecimento não tem incidido em restrição para dizer que sobre eles não se faça propriamente ciência, mas apenas ideologia.

Entretanto, ainda é comum a ambos – poder e domínio – a inconsciência de que a sua associada reconcentração possui ponto vulnerável, ou seja, são potencialmente antagônicos, pois ambos se processam de forma absurda¹⁶.

Assim, realizar a economia tem implicado a política de radicalizar a competição, enquanto realizar essa política implica a falsa economia de maximizar o desperdício. Chegar-se-ia ao refúgio, à conta da realização de ameaças.

A obsessão por absurdidade, sobremaneira na esfera do trabalho intelectual, processa-se de forma imprecisamente entendida e, nesta forma, favorece proliferação de ideologias. Tal proliferação se presta ao ilimitável atendimento de necessidades que são cultural-socialmente criadas e o seu atendimento perfaz trabalho exercido de forma não mediada (não instrumentalizada) por coerência com direititude do intercâmbio entre a natureza e o metabolismo – este, próprio da indissociabilidade entre o que é orgânico e o que é humano. Tem-se, então, que seja reconhecida a potência de o trabalho intelectual refletir limites nos seus próprios resultados. Diversamente, estes resultados estão a atender as necessidades meramente criadas em bases cultural-sociais, incidindo-se em autoempoderamento político cuja realização tem sido inseparável de enriquecimento econômico.

Abusiva ilimitação no atendimento de necessidades assim recriadas explica que insuficiências coletivas têm ocorrido mediadas por estrito ideologismo, justificando-se oposição entre o desenvolvimento econômico e a humanização, dado que a formação das nações está a perpetuar-se de forma correlata à integração econômica.

Enfim, torna-se possível propor, à base desta correlação, objeto alternativo da economia, compatível e até dinamizador da amenização da violência.

16 Estatismo tributador e particularismo lucrativo adentram inconfesso fundamentalismo: o espécime humano lhes “é”, livre e irreversivelmente, apenas apropriador. Produzir não teria como mover-se em órbita própria e sempre teria ocorrido à estrita conta da sua fonte humana restar ameaçada de se vitimar, em primeira e última instância, à exclusão da propriedade de fonte de meios de vida.

Trata-se de amenização que, desde a antropofagia, passou pela escravidão, pela servidão da gleba, pelo proletariado, até chegar ao assalariamento na atualidade histórica. Desta forma, interveniência dessa alternativa de objeto da economia, nos contrafortes da formação das nações, cabe ser inquirida para compor base explicativa desta mesma amenização e passa a incidir no fulcro da alternativa, ora em proposição, de objeto da economia que seja simultaneamente propedêutica e interdisciplinar.

Economia para um precedente conhecimento humano

Os teores apresentados ao longo deste texto facultam despertar determinada consciência sobre a paradoxalidade de opcionalmente ter que gerar, de modo ético, e destinar, de forma justa, excedência de produção não pertencente à sua humana fonte geradora.

Entretanto, aquela geração e esta destinação têm acontecido no âmbito da afetividade e só muito raramente em outras circunstâncias. Já exteriormente a este âmbito e à própria raridade, ambas – geração e destinação – passam a coincidir com incomum necessidade e, inclusive, com potencial de realização humana, ainda que este potencial se apresente à humanidade como promessa de feito até mesmo extraordinário. Por sua vez, este feito há de refletir relativização de apelo à liberdade, dado que este apelo tem sido absolutizado de maneira radicalmente aberta a transgredir, ou seja, sem transgressão inexistiria liberdade.

Demonstrou-se, ainda, que o Estado e as instituições que o realizam ou que somente funcionam sob a sua égide possuem, indiscriminada e ilimitadamente, viciosidade apropriativa daquela excedência de produção, à conta de disputa e usurpação dos concernentes produtos. Trata-se de viciosidade que ocorre em desfavor, tanto do sentido verdadeiro do que é coletivo, quanto do modo ético de gerar (fundamento ou suporte básico) e da forma justa (referência ou orientação) de destinar a excedência em apreço.

Por sua vez, tal absolutização da liberdade passou a se defrontar com determinada competência natural-religiosa de origem notoriamente antiga, pelo menos desde a emergência do zoroastrismo (séculos VIII ou VII a.C.). Todavia, até mesmo esta competência ainda carece de questionamento, tendo-se em vista insuficiente apreensão, inclusive na esfera da própria religiosidade, de tudo o que perfaz sentido verdadeiro do que é coletivo.

Em tal contexto de viciosidade apropriativa e de insuficiência de concernente enfrentamento, intensifica-se a urgência de propor criteriosidade em aquilatar sentido para sustentar, material ou economicamente, as realidades físicas que se caracterizam por adentrar sentido coletivo. Trata-se de criteriosidade que há de mediar o seguimento desta ou daquela crença, à medida que produzir distintamente de apropriar se constitui em solução dos problemas que têm prejudicado a coerência sempre mais indireta entre natureza e metabolismo humano. Assim, presumir que inexistam tais problemas, peculiarmente junto às pessoas obviamente autoinsustentáveis, perfaz não só o truísmo de que estar vivo já implique a solução do pertinente problema, como também a decisão de seguir *versus* não seguir religiosidade. Tal decisão, por sua vez, se implica em ético-cientificidade *versus* alheamento quanto a fazerem sentido, desde gerar, de modo ético, até destinar, de forma justa, excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora.

A ausência desse sentido veio a ser presumida enquanto crise da própria razão humana após a última deflagração mundial e, especialmente, à conta do holocausto de muitas pessoas de origem judaica. Entretanto, no contexto dessa crise, encontram-se instalados, não apenas problemas de cunho econômico e de mistificação técnico-cultural, mas também surgimento de inusitados espaços de liberdade na esfera do indivíduo, o que veio a se desvelar, antes questão de perplexidade do que unidade de referência e fundamento para adentrar esses mesmos espaços. Cumpre, então, que seja apresentado a este indivíduo, especialmente mediante via educacional, o significado de uma economia para um precedente conhecimento humano, cujos teores perfaçam inegável caráter genérico, universal ou comum, facultando à pes-

soa enxergar a paradoxalidade de obrigar-se livremente a contribuir para a constituição do sentido verdadeiro do que é coletivo.

A via educacional de apresentar estes teores se coloca compatível com acolher politicamente indivíduos assim livres, antes de tudo por lhes ser comunicado que é impossível exercer liberdade, à revelia dos estômagos cujo preenchimento não mais há de custar restrição à liberdade alheia. Todavia, se até mesmo conscientização sobre tal impossibilidade não servir para ultrapassar o caráter absoluto do apelo à liberdade, resta tão somente ter em vista que liberdade adentra mistério em cuja esfera urge que passe a existir limites (objetividade) em vez da falta destes (mistificação) nas projeções do pensar e nos artifícios do agir.

Por sua vez, falta de objetividade nos modos de produzir e de clareza nas ideias de apropriar sempre coincidiu com espontânea omissão educacional quanto a assumir que o espécime humano emerge no âmbito do objeto e que, ao atingir a natural maturidade, cumpre se transferir para a condição de verdadeiro indivíduo-sujeito. Assim, esta autotransferência cumpre acontecer mediante convencimento de que ilimitação apropriativa possui um único antídoto: generosidade a toda prova.

Tendo-se em vista necessidades humanas cujo atendimento adentra limites, torna-se possível haver objetividade nos modos de produzir e clareza sobre a idealidade das formas de apropriar, o que tem demonstrado, não só criteriosidade para gerar e destinar excedência de produção em consonância com a constituição do sentido verdadeiro do que é coletivo, como também necessidade natural-institucional de conscientizar aprendizes sobre a mediação ético-científica (referência e fundamento) entre sujeito e objeto na história da pessoa.

Nesta ainda inusitada perspectiva de conciliar, entre si, aquela criteriosidade e essa natural-institucional necessidade, recoloca-se a alegada crença filosófica de Sócrates na razão humana no sentido de que, enfim, cumpre emergir alternatividade institucional para normatizar condutas humanas.

Trata-se de normatização que há de enredar-se em excedente econômico (lucro, tributo e juros) a ser distintamente explicado, seja por aumento físico da produção de utilidades, seja por manipulação de preços. A primeira destas explicações é compatível com racionalidade econômica a toda prova, enquanto a segunda – dado que preço perfaz mero fato social – corresponde a nada mais do que velada tributação. Esta, por sua vez, precisa ser destinada a redimir a injustiça em que ela própria incorre, redenção a pressupor que este mesmo excedente venha a ser regularmente destinado para, enfim, fazer existir o sentido verdadeiro do que é coletivo, ou seja, o que não emerge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de existir, tal como a condição da existência da prole humana naturalmente ainda autoinsustentável.

2. Cinco Saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC)

Isabel Regina Araújo Sobral
Paulo Gutemberg Petronílio dos Santos
Pedro Bergamo
Antonio Roberto Faustino da Costa

Uma vez em contato com os teores dos Cinco Saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC) adiante apresentados, qualquer pessoa tem a intuitiva reação de entender o significado dos pertinentes conteúdos e aproximá-los da sua cotidianidade. Porém, à primeira vista, não é possível compreender a magnitude deste complexo de saberes, especialmente a profundidade da maneira como ele aborda a natureza humana e suas interferências no desenvolvimento dos indivíduos. Embora tal impossibilidade de imediata compreensão seja real, a condição de existência desse complexo, por ser simples, límpida e irrefutável, torna-se óbvia, dado que a práxis educativo-coletiva elucida a necessidade de considerar essa condição existencial das próprias realidades que compõem esse complexo, ao pensar e fazer educação.

A PEC apresenta a possibilidade de analisar situações que rodeiam o sujeito, especialmente as questões educacionais, sob uma ótica que se fundamenta em cinco interligadas realidades às quais correspondem Cinco Saberes, conforme apresentados a seguir:

- Primeiro Saber: Interação entre sustentador(es) e prole humana naturalmente ainda autoinsustentável;
- Segundo Saber: A obviedade da excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora;
- Terceiro Saber: Distinção entre produzir e apropriar;
- Quarto Saber: Sentido verdadeiro do que é coletivo;
- Quinto Saber: Limites (ético-cientificidade em produzir educação).

Essas cinco realidades, tão simples e ao alcance de todos, referem-se à condição humana e, a partir desta condição, à necessidade de chegar ao entendimento do que acontece principalmente com as pessoas nas situações de convivência. Apontam determinada falta de acerto que perpassa a história da humanidade, o qual tem impedido que as pessoas se humanizem na perspectiva de que todas venham a viver com discernimento, objetividade e dignidade. Trata-se de falta que incide no círculo vicioso das ações meramente paliativas a respeito da reprodução e da mitificação das realidades em geral.

Primeiro Saber – Interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável*

Um bebê representa a continuação da própria humanidade. Mas esta origem, além de ser necessária para a humanidade continuar existindo, também contrasta com a sua absoluta dependência de outros seres já capazes de possibilitar que ele sobreviva.

Ilustração 1 – Cena do vídeo correspondente ao Primeiro Saber.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QOeGtmaxoMM>. Acesso em: 09 abr. 2024

Tal contraste precisa ser enxergado e entendido, pois a condição de existência de toda criança, à conta de ser naturalmente autoinsustentável, evoca gestos motivados por afeto, além de responsabilidade e inclusive prazer para que lhe sejam dirigidos cuidados indispensáveis. São gestos que se implicam

* As ilustrações que constam neste capítulo foram criadas pelo chargista Borges Madureira, as quais compõem os vídeos dos Cinco Saberes da PEC, cuja editoração ficou sob a responsabilidade do produtor audiovisual Paulo Gutemberg.

em troca de sentido verdadeiramente coletivo, uma vez que crianças não surgem e não se mantêm por elas mesmas; mas, têm de existir enquanto óbvia condição para a raça humana se perpetuar, o que ocorre à base de interação entre criança e uma ou mais pessoas já adultas na realidade natural e cultural da reprodução humana.

Entretanto, tem ocorrido *ilusão do conhecimento*, algo parecido com “ignorar o que é ignorado”¹, conforme este assunto é manifesto em ciências cognitivas, a respeito de natural dependência inerente a toda criança. Trata-se de ilusão que se torna inevitável, enquanto inexistir alternativa para o próprio pensamento não mais ter que se referenciar (orientar-se) e se fundamentar (embasar-se) em estritas situações sociais.

Já a propósito dessa falta de alternativa, cumpre não perder de vista que situação propriamente social contém relacionamentos humanos que se fazem valer no exterior do âmbito do afeto, este mais evidente na esfera familiar. Entretanto e por residual que ainda o seja, tal falta de alternativa tem sido determinada, ao longo da história, por sucessivas invasões que sempre se implicaram em dominação política, indissociável de exploração econômica, uma e outra de inegável incompatibilidade com o sentido verdadeiramente coletivo da troca.

Por força dos relacionamentos humanos, tornou-se extremamente raro enxergar e entender aquela ilusão do conhecimento, dado que o próprio conhecer passou a refletir falta de alternativa para não se referenciar e não se fundamentar em situações sociais. Por isso, sujeitos do pensar não se apercebem de que “não sabem até mesmo que não sabem” sobre eles próprios estarem expostos a refletir quanto a esta falta.

A descoberta a respeito da ilusão do conhecimento cumpre mediar ou mesmo influenciar, de forma decisiva, a determinação do verdadeiro e peculiar significado de educar, em contraponto a tal determinação continuar mediada por estritas realidades sociais da reprodução da espécie humana.

1 Livre interpretação extraída de Sloman e Fernbach (2017).

É necessário, sem demora, que venha a existir convencimento dos educadores e dos próprios educandos de que “não está sabido que não é sabido” o quanto é crucial cuidar de bebês, em razão de isto significar, por uma parte, apenas hipótese de que a humanidade se extinguiria na eventualidade de ocorrer falta generalizada de tal cuidado; enquanto, por outra parte, o que persiste somente hipotético se junta com a intensificação da eficiência e da eficácia na esfera do próprio pensar.

Por isso e já ao final da apresentação deste primeiro saber, é preciso elucidar que os Cinco Saberes da PEC foram enxergados e entendidos, mediante a simples conjectura a respeito de que a prole humana naturalmente ainda autoinsustentável não mais recebesse, de maneira generalizada, os devidos cuidados.

Por sua vez, a conjectura em foco serve, também, de referência e embasamento para o pensar de cuja intensa qualidade há de provir inovação no sentido verdadeiramente coletivo da troca de gestos humanos, além de este mesmo pensar incidir em maior probabilidade de acontecer por encontrar-se mediado por afetuosidade.

Segundo Saber – A obviedade da excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora

A situação de total dependência para sobreviver, que é própria de uma criança, não termina de uma vez por todas com a chegada da maturidade física da pessoa; é a maturidade cultural que determina o fim desta dependência, porque pressupõe educação proveniente de adultos.

Além destes adultos, professores de um estabelecimento de ensino contribuem para que o caráter cultural da maturidade se torne efetivo, o mais rápido possível. Porém, esta contribuição docente não se apresenta com suficiência plenamente assegurada, tendo em vista outros problemas provindos da condição notoriamente complexa da convivência em sociedade. Consta-se, ademais, que a maturidade cultural tem incidido em inegável atraso em relação à maturidade física.

Por sua vez, esse atraso sempre se implicou em choques de condutas, ao ponto de alguns embates se tornarem até corriqueiros, induzindo pessoas a adotar condutas pouco ou nada compatíveis com as obrigações de trabalho e com a estabilidade das demais relações humanas, inclusive no contexto familiar em que crianças são vítimas de indevido descaso.

Ilustração 2 – Cena do vídeo correspondente ao Segundo Saber.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BDaLskBiveI>. Acesso em: 09 abr. 2024

Dentre as mazelas humanas existentes, cumpre ser solucionada, de forma assim tão procedente quanto possível, aquela referente às circunstâncias em que adultos precisam entender e dar conta da situação social em que suas atividades são remuneradas, enquanto o concernente dispêndio precaria não se restringir aos beneficiários.

Para tanto, é preciso ter em conta que essa particularista apropriação da totalidade dos ganhos decorre de uma ainda espontânea ou inconsciente reação às situações sociais da reprodução da espécie humana. Trata-se de

carência de solução, cuja demora tem incidido em reflexo de uma incessante ilusão do conhecimento a respeito de que os significados de produzir e de apropriar persistem indistintos, um em relação ao outro, o que determina que ambos se encontrem confusos ou obscuros, pois ainda tem persistido a falta de clareza sobre estes mesmos significados.

Terceiro Saber – Distinção entre produzir e apropriar

Tem sido espontâneo na história da humanidade retardar o quanto possível mudança de conduta no sentido de priorizar o gasto da remuneração pessoal para a sua própria e estrita sobrevivência.

Tal retardamento tem acarretado adversidades, a exemplo de incertezas, riscos, ameaças e insegurança, as quais passam a influenciar o pensamento de adquirentes de rendas, peculiarmente se estes mesmos adquirentes se encontrem envolvidos em eventos assim adversos.

Ilustração 3 – Cena do vídeo correspondente ao Terceiro Saber.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHa6HymYofc> Acesso em: 09 abr. 2024

Já a garantia de perceber rendas não deveria significar, junto às pessoas beneficiadas, dispensa quanto a procurarem se ocupar, ou mesmo, quanto a persistirem ocupadas e a receberem as devidas remunerações.

Dentre as diversas categorias de profissionais, também professores compõem o universo de receptores de remunerações, notoriamente no caso de estas provirem diretamente dos estudantes, além de que a concernente categoria profissional tem sido desafiada, antes que todas as demais, a encarar a responsabilidade de refletir sobre *mais gerar e menos ficar* com suas remunerações. Portanto, cumpre tornar-se notório que é preciso *mais produzir e menos ficar* com as rendas.

Entretanto, tem permanecido obscura a existência de um *só produzir* que precisa ocorrer nas áreas compreendidas pelo ensino e pela aprendizagem, existência a coincidir com generosidade, para que se torne possível oferecer, de maneira sempre mais efetiva, uma verdadeira qualidade de educação.

Assim, procede afirmar a existência de *produção* (obtenção de meios de vida) que é inconfundível com *apropriação* (uso de tais meios), para que os resultados da generosidade humana se tornem, enfim, protegidos.

Quarto Saber: Sentido verdadeiro do que é coletivo

O *sentido verdadeiro do que é coletivo* corresponde a uma realidade que não é percebida pelos sentidos humanos, mas apenas ajuizável. Trata-se de ajuizamento que educador(a) e educando(a) somente acessam caso haja necessidade que induza a perguntar: por que, para que ou para quem estudar, trabalhar, produzir e ter compromisso em pensamento e na ação?

Portanto, este saber cumpre ser entendido enquanto condição objetiva de *tudo o que não surge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de existir*.

Ilustração 4 – Cena do vídeo correspondente ao Quarto Saber.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I2yB87WHXr0> Acesso em: 09 abr. 2024

Trata-se de condição que é frágil no modo de existir dos seus suportes materiais ou físicos, sendo própria das realidades e dos seus significados comuns, genéricos e universais. Tais realidades correspondem à interação entre sustentador(es) e prole humana naturalmente ainda autoinsustentável, à obviedade da excedência de produção que não pertence a sua fonte geradora, ao *só produzir* que é inconfundível com o *só apropriar* e à presumível autocontenção em apropriar, de maneira ético-científica, resultados da produção pessoalmente efetivada. Recorrendo-se à mera hipótese da ausência de apenas um desses suportes, seria admissível projetar que a humanidade inteira deixaria de existir, hipótese esta que não se coloca em relação a pessoas, senão dentro dos concernentes ciclos de vida.

Quinto Saber – Limites (ético-cientificidade em produzir)

A generosidade humana deve ser enxergada e entendida enquanto um verdadeiro só produzir, pois se trata de fonte humana que empreende, livremente, não apenas um excedente compreendido por atividades enquanto tais, como também os gestos de negar comodismo ao produzir tal excedente ou de abrir mão de resultados desta produção, ambos a adentrarem sentido verdadeiramente coletivo, porque não surgem e não se mantêm por eles mesmos, além de terem que existir (crianças pereceriam, na ausência desse excedente e desses gestos) e porque as pessoas assim produtoras se conduzem à base de afetuosidade a toda prova.

Ilustração 5 – Cena do vídeo correspondente ao Quinto Saber.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yz6fe4MYLY0> Acesso em: 09 abr. 2024

No próprio contexto humano de dispensar cuidados a crianças, o excedente e os gestos de negar comodismo, assim como abrir mão de resultados, ensinam um verdadeiro ou de antemão justificado só apropriar, pois os

concernentes destinatários *não sabem que até mesmo não sabem* que ambos – excedente e gestos – lhes são imprescindíveis. Mas, a própria exposição do pensar, que coincide com a representação de qualquer realidade, requer um esforço em favor de tornar propriamente objetiva essa mesma realidade, ou seja, de esta precisar conter-se em *limites*.

Por isso, incorre-se na obviedade de que só produzir compreende procedência ético-científica, em razão de que o concernente produtor se impõe livremente limites, tanto em decorrência de não se apropriar dos resultados que concernem a um excedente das suas atividades, quanto por assumir os gestos de negar-se comodismo, à base de trabalhar para obter esse excedente ao abdicar, de modo generoso, da pertinente posse.

Na evolução do processo educacional, só apropriar reflete rendição ao comodismo que, na prática, incide na correlação de exercício de poder, à conta de omissão, ou seja, de forma que professor só fala sobre conteúdos abstratos e estudante se restringir, aparentemente, a escutar.

Este e os anteriores saberes perfazem um complexo denominado Cinco Saberes da PEC², que houve de emergir em circunstâncias adversas quanto a entender e, mais ainda, quanto a promover qualidade da educação, peculiarmente no âmbito universitário. Trata-se de circunstâncias que induziram a formular o seguinte complexo de questões:

- Existiriam saberes, aos quais nenhum ente humano seria dispensado de acessar, para ser considerado culturalmente adulto?
- Se existissem, acesso seria imprescindível a educador, anteriormente a todos os demais adultos?
- Esses saberes se imporiam por eles mesmos, dispensando personalismos para serem aceitos enquanto inequivocamente comuns ou públicos?

2 Complexo de saberes originalmente denominado “Mina de Saberes”.

- Tais indagações seriam incabíveis ou mesmo sem necessidade de existirem?

As questões acima explicitadas ensejam uma justificativa cujo significado corresponde ao caráter indissociável entre educar e promover o sentido verdadeiro do que é coletivo no processo educacional, sentido que urge ser promovido junto às novas gerações.

Por sua vez, estas gerações reuniriam condições de se tornarem inovadoras, ao disporem de competência, entendimento e potencial de ação para enxergar e promover tudo o que não surge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de existir, a começar pela competência de enxergar o exercício de poder como sendo o contrário do *produzir de maneira ético-científica*. Esta competência induz a relativizar o absurdo que se tornou o Estado, pois este cumpre explicar-se, em última instância, somente enquanto defesa da produção, ao agredir esta mesma produção, para sustentar a si mesmo antes de tudo o mais. É chegado o tempo de reduzir, ao menos isto, tal absurdo mediante uma educação de verdadeira qualidade e de preciso caráter ético-científico.

3. Proposta Pedagógica da FASB

Pedro Bergamo
Giselda Frank
Marli Ferreira de Abreu
Vandré Almeida de Carvalho Vilela

3.1 Introdução

A proposta pedagógica da FASB foi concebida pelo coletivo de educadores da instituição, sob a coordenação dos programas pedagógicos de apoio ao docente e de atendimento aos discentes, de maneira a perfazer o resultado histórico de uma peculiar e situada experiência de ensino superior que durou mais de

duas décadas¹. Por força da peculiaridade situacional desta experiência com a metodologia da pesquisa-ação, os educadores e pesquisadores envolvidos adotaram a nova denominação de *Práxis Educativo-Coletiva (PEC)*².

Dentre os muitos aspectos dessa práxis, cumpre destacar determinados qualificativos da concepção de educação, tendo-se em vista influências destes qualificativos na perspectiva de apresentar o que também se convencionou denominar de referencial-fundamentalidade (orientação e embasamento) em questões educacionais.

Em tal perspectiva, torna-se decisivo que uma educação de qualidade verdadeira, à referência de ético-cientificidade em produzi-la, cumpre ser promovida, tendo, para tanto e por seu sustentáculo, educadores de índole propriamente universitária, os quais, uma vez eles próprios convictos, não de voltar-se para convencer componentes das suas subseqüentes gerações a respeito de que avultar-se mediante conhecimentos perfaz, não apenas participar da cidadania, mas também e sobremaneira, alcançar realização pessoal que, antes de tudo o mais, faça um peculiar sentido humanizador. A vivência de assumir e de promover tal convencimento, por situada que

1 A Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB) foi credenciada em 1999 como faculdade isolada, cuja transformação em Centro Universitário UNIFASB ocorreu no mês de setembro de 2019, mediante publicação da Portaria MEC nº 1.576, de 10/09/2019 (D.O.U. nº 177, de 12/09/2019, Seção 1, p. 40).

2 Esta nova denominação, embora já utilizada entre os integrantes do Grupo de Pesquisa-Ação CONSER-FASB, se intensificou por força da institucionalização do Grupo de Pesquisa “Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva”, cujo cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq resultou de uma iniciativa conjunta de pesquisadores comuns da UEPB-Campina Grande-PB e da FASB-Barreiras-BA, tendo em vista o Convênio de Mútua Cooperação Acadêmica e Técnico-Científica firmado entre a Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Presidência do Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras (IAESB), entidade mantenedora da FASB, com período da vigência de 2016 a 2021, conforme publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba nº 16.272, de 20/12/2016, p. 11.

tenha de ocorrer, precisa se antepor às prerrogativas institucionais do trabalho educativo.

A graduação, mediante fazer faculdade ou frequentar universidade, constitui nível educacional em que as múltiplas didáticas dos níveis anteriores cumprem ceder, ao menos algum espaço, a ulteriores processos reais e a categorizações destes mesmos processos.

As didáticas, precedentes à graduação, têm compreendido a pedagogia *stricto sensu*, esta enquanto, de uma parte, o modo de apropriação do saber pelos estudantes (ação em nível da discência), e, de outra, conhecimentos consistentes cujo conjunto tem sido apto para determinar o comportamento cotidiano de professores (ação em nível da docência) [ARÉNILLA et al., 2001, p. 378].

Esse modo de apropriação do conhecimento precisa incidir em atos de registrar conteúdos, teores ou objetos desse saber, pelos próprios professores e pelos estudantes, de forma que registros estritamente memoriais se tornem menos dominantes quanto mais esses conteúdos se distanciem dos ainda iniciáticos, básicos ou fundamentais. Presume-se que este mesmo conhecimento, por sua origem cultural, esteja de antemão assimilado pela docência e que seja relembrável em recorrentes situações de ensino, graças a registros também de apoio à memória e, a toda prova, fidedignos.

A rigor e quanto mais historicamente avançado, o processo educacional tem coincidido com determinada sucessão de registros entre gerações humanas, o que sempre requereu apoio externo à memória. Paralelamente, os conteúdos a serem registrados têm sido sempre mais numerosos e/ou qualitativamente diversificados, expondo-se a restarem passíveis de esquecimento e, inclusive, de obsolescência.

Quanto a determinar o que não resta ou resta assim obsoleto a respeito do próprio processo educativo, propõe-se distinguir entre ético-cientificida-

de em produzir educação e ideias-força (ideologias)³ sobre priorizadas respostas às três seguintes e referencial-fundamentais indagações:

- Faz sentido educar?
- Em que educar?
- Como educar?

À luz de tal priorização de respostas, cumpre separar as realidades às quais correspondem necessidades humanas de atendimento limitado em contraponto a outras ilimitadamente atendíveis. Assim, o processo educativo expõe-se a ser ilimitadamente apropriado mediante ideias-força (ideologias) ou, então, cumpre ser proposto à base de limites em produzi-la de maneira ético-científica.

Ilimitação apropriativa, enquanto mediada por ideias-força (ideologias), tem coincidido com atendimento de necessidades culturalmente criadas e a concomitantes disputas de imprescindíveis suportes reais, a exemplo dos aparatos do poder e das fontes de meios de vida. Em tal falta de limites, esses suportes têm incidido em valorização, cuja prevalência costuma reforçar propensões conservadoras quanto à escolha dos conteúdos de disciplina e à reprodução desta mesma disciplina na estrutura curricular.

3 Nesta acepção, ideologia indica o distanciamento da educação em relação ao seu imprescindível sentido coletivo e de humanização ético-científica. É necessário salientar de acordo com as concepções de Marx depuradas por Lukács, ideologias "(...) não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio de *Para crítica da economia política*, como formas 'nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito' (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) 'e o combatem'. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele" (LUKÁCS, 2010, p. 38).

Alternativamente, ético-cientificidade em produzir educação há de implicar apoio dos limites da produção que é distinta de apropriação, à medida que a distinção em foco faculte ulterioridade de determinações e de categorias a respeito de conteúdos de aulas, inclusive, do pertinente processo de aprendizagem-ensino.

3.2 Questão cultural em Barreiras e no Oeste Baiano

O contexto cultural de Barreiras e do Oeste Baiano, com sua origem mais ilustrativa na vila de Barra junto ao desaguadouro do Rio Grande no Rio São Francisco, cumpre ser considerado previamente, em tal contexto, conceber e promover educação superior.

À luz desta origem, cabe destacar influências, a começar por aquelas do ir e vir radicalmente livre e do isolamento humano, ambos na presença de fartura de meios de vida, em contraponto àquelas de relações sociais mais originárias, nas quais prevalecia o trabalho, tanto o escravo em atividades de garimpos, quanto aquele de meeiro exposto à escassez de fontes de meios de vida nos sertões nordestinos.

No contexto destas influências, cumpre destacar aquelas provindas de determinadas casas de comércio e da “Feira de Barreiras”, o que sugere, no âmbito local-regional das atividades econômico-sustentatórias, tardia conjugação de uma residual e interiorizada feitoria lusitana com antiga índole fenícia. Essas casas adquiriam produtos regionais e forneciam mercadorias procedentes do interior de Minas Gerais e do litoral nordestino. Anteriormente à presença do Banco do Brasil em Barreiras, iniciada em 1942, elas supriam funções de instituição bancária junto a pequenos comerciantes sediados em corruptelas no atual Oeste Baiano e nos espaços geográficos fronteiriços com a Bahia e pertencentes a Goiás (neste ainda incluso o atual Tocantins), Minas Gerais, Piauí e Maranhão. Assim, a mediação local-regionalmente historiada daquelas atividades econômico-sustentatórias favoreceu propensão pessoal a assumir individualismo de notória e difusa feição.

Tradicional e culturalmente, intercâmbio entre comunidades e relações entre pessoas sempre refletiram predominância da influência religiosa do catolicismo popular. Mas, a partir de meados da primeira metade do século recém-findo, esta predominância passou a enfrentar competição de igreja provinda da América do Norte, seguida por outra que acabou multilateralmente dinamizada pela presença mais ostensiva do protestantismo em sua abasileirada versão. Dada essa competição, reforça-se tendência de auto-entrega subjetiva ao individualismo, cuja influência mais original e decisiva sempre houve de reforçar às já tradicionais relações de comércio.

Paralelamente a essa constituição econômico-cultural da sociedade de Barreiras e das circunvizinhas, um secular e drástico isolamento das populações sempre foi propício a preservar e intensificar modo de ser francamente afetivo, inclusive em relação a migrantes. Trata-se de modo de convivência que se constitui em indeclinável componente da realidade humana, na perspectiva de este componente merecer consideração em termos do que cabe perfazer proposta educacional local-regionalmente situada.

Inicialmente, influências político-institucionais a provirem do Estado dependiam do destaque de personalidades, destaque que não raro se escudava em milícias cuja constituição advinha de práticas de defesa nacional dos tempos do Império. Posteriormente a essas práticas, coerção estatal persistiu atrelada a barganhas de índole comercial, processando-se em renitente informalidade de condutas e sem que seu caráter espontâneo ultrapassasse um peculiar grau de espontaneidade ou de inconsciência.

A construção de Brasília atraiu trabalhadores mais qualificados, o que veio a ser agravado, a partir de 1964, por medidas do Regime Militar, medidas que resultaram nas desmobilizações do aeroporto, das barcas que transportavam combustível para aeronaves e da usina elétrica local. Assim, as atuações de prepostos do Governo Federal, do Estado da Bahia e do próprio governo local fizeram com que desandasse em pouco ou nenhum apreço a interveniência político-institucional junto à população de Barreiras.

Por último, mas não menos influente, passou a intensificar-se migração para a cidade-polo de Barreiras, notoriamente desde meados da década de 1980 – após a ruptura do referido e originário isolamento, ou seja, com o asfaltamento de anteriores e precárias rodovias para Salvador e Brasília. Por força da (re)concentração urbana, mesmo que partilhada pela emergência do centro urbano de Luís Eduardo Magalhães ao início dos anos 2000, assinalavam-se riscos de insustentabilidade peculiarmente coletiva, esta à deriva de potencializada crise cultural.

Em contexto assim sociocultural, cumpre contribuir para que mudanças e/ou inovações sejam fomentadas, peculiarmente em termos de influenciar condutas cuja espontaneidade tem refletido ausência de coerção de origem estatal, familiaridade com barganhas de índole tardiamente mercantil, assim como de notória afetividade interpessoal. São condutas que urgem incidir em comprometimento do indivíduo com a coletividade.

3.3 Graduação na FASB

No período inicial, entre a instauração da FASB e o achado de pesquisa sobre propensão à concernente insustentabilidade coletiva no período de 1999 a 2005 (BERGAMO, 2007), prevaleceu proposta educacional que seguia didáticas vigentes em outras instituições de ensino superior (IES).

Por força de que, ao seu início, a FASB estava instituída como faculdade isolada e interiorizada, seguindo opção por regime sem fins lucrativos, passou a ser questão de prudência promover pesquisa educacional na perspectiva de a IES se fazer mais presente e ativa, junto às peculiaridades econômicas e culturais, ambas já percebidas enquanto desafio autoafirmativo, assim como buscar sustentabilidade também coletiva da Instituição em foco.

Resultados de pesquisa têm contribuído para assinalar notória necessidade, junto à grande maioria dos estudantes, de se referenciar em saber formal e sistematizado, ao passo que insuficiências de notas soem desandar

em recorrentes tentativas de barganhar margens para aprovação junto a docentes e, em caso de insucesso, junto a instâncias tidas por mais decisivas à base de questões de empresa do que de critérios propriamente institucionais. Com o avanço do calendário acadêmico, intensificam-se conflitos entre discentes e docentes, circunstância em que a condição ontológica de objeto (a Instituição FASB) passa a ser indevidamente tomada em lugar da equivalente condição de sujeito (indivíduo que estuda e/ou ensina). Então, na falta de aprendizagem, apela-se à improcedência ontológica de que “a FASB não ensina”, enquanto não há como a docência intervir, de modo e forma procedentemente ontológicos, na subjetividade do ir e vir radicalmente livre de quem cumpre aprender.

Reflexão detida sobre essas dificuldades, mais rotineiramente intensas ao início do contexto acadêmico em foco, tem acusado recorrente presença do que veio a ser denominado “irrealismo”, este enquanto desvio educativo mais recorrente, para não dizer generalizado. Discentes aspiram a práticas, inclusive em sentido estrito, nas respectivas salas de aula. Já docentes ensinam teorias que são comunicadas na suposição de que correspondam, também em sentido até mesmo estrito, às realidades que representam. Em desfecho, “o como” entender e praticar (futuros) objetos ocupacionais seria imediatamente priorizável em relação a “o quê” entender e praticar, ao longo da indispensável aproximação à correspondente realidade. Trata-se de desvio que persiste desde a Revolução Industrial, à medida que esta passou a presumir saberes por além do amesquinhado conhecimento que prevalecia no seu usual “chão de fábrica”.

Dentre as mazelas de ensino e de aprendizagem, a decorrerem desse generalizado “irrealismo”, cumpre destacar mera crença de que o saber acadêmico seria alternativa até mesmo suficiente para garantir ocupação, esta inclusive enquanto saída sobrevivencial. Silencia-se a respeito de que objeto ocupacional é ontologicamente anterior a concernente(s) modo(s) de operar, a exemplo de que se cure doente sem que este esteja de antemão presente em carne e osso. Trata-se de desvio educacional cuja função sociológica é efetivar, de forma sutilmente silenciosa, a fragilidade de aprendizes des-

possuídos de fontes de meios de vida na circunstância em que, para eles, só existe objeto ocupacional no bojo da propriedade alheia. Assim, saber lidar com essa propriedade tem incidido em lacuna educacional ainda à espera de ser preenchida em poros do processo civilizacional que jamais deixou de coincidir com aquele de acumular ilimitadamente poder e riqueza.

Enquanto isso, e peculiarmente junto àqueles estudantes que se encontram no limiar de sua natural maturidade e em indissimulável carência de adulez cultural, verificou-se notória reação ao discurso sobre passiva heterossustentação de pessoa já adulta em contraste com autoinsustentabilidade de pessoa naturalmente ainda imatura.

A partir dessa reação, tornou-se oportuno iniciar a busca de mediações que facultassem diferenciar, junto a pessoas no limiar ou já naturalmente adultas, entre apropriar (excludente e passiva heterossustentação) e produzir (estrita e ativa autossustentação).

A seguir, entra na agenda de um grupo de pesquisa-ação⁴ a interatividade entre prole humana ainda imatura e quem a sustenta, denotando-se, a princípio, existência de um excedente de produção que não pertence à sua fonte geradora, o qual passou a ser enxergado como socialmente desprotegido. Além disso, tornou-se possível evocar a hipotética situação de inexistência de tal excedente, o que significaria cessar a reprodução da espécie ou impedir a constituição da própria sociedade. Todavia, a ineliminável existência deste excedente denota presença contínua de inequívoca produção, esta a perfazer realidade fisicamente separada e formalmente inconfundível com aquela da concernente apropriação.

Assim, a distinção entre produzir e apropriar, apenas e correlatamente constatável por força de sempre existir excedente fora da propriedade da sua inequívoca fonte, passa a incidir em reforço da reação juvenil ao dis-

4 Grupo de Pesquisa-Ação CONSER-FASB, instituído nesta IES (extinta em 2021) e aberto à participação voluntária de docentes, discentes, egressos e demais interessados.

curso da autossustentabilidade individual e coletiva. Trata-se de distinção que pressupõe o caráter genérico do ser humano e que faculta alertar jovens estudantes a respeito de serem generosos, abraçando excedência de aprendizagem enquanto intransferível contribuição para o próprio amadurecimento cultural que venha a constituir a coletividade a partir da sala de aula e da instituição educacional.

Trata-se de contribuição que tem justificado e recorrentemente corroborado a meta institucional de “avaliar por produção”⁵ a aprendizagem, ainda que opcionalidade docente em efetivar esta meta tenha que perfazer o implícito paradoxo de ser inarredável ao seguimento de ético-cientificidade em produzir educação. Na perspectiva de este paradoxo significar incontinuidade por entre as distinções correspondentes a opcional e obrigatório, cabe afirmar que cumpre somente a educadores mediados por sustentabilidade também coletiva, junto ao indivíduo e à sociedade, fazer com que educandos antecipem práxis da distinção entre produzir e apropriar.

A partir dessa afirmação, há como se tornar difusamente óbvio, inclusive no exterior da ambiência educativa, que adulto venha a apropriar indistintamente de produzir. Então, declarar que esta ou aquela pessoa não produza há de perfazer a mais vexatória das acusações. Além disso, ao entender que os destinatários desse excedente têm de existir, a par de que não emergem e não se mantêm por eles mesmos, desviar este mesmo excedente para fins egoísticos incide na mais vil das covardias. Paralelamente a esta vileza e àquele vexame, inexistente omissão mais ilusiva, enquanto questão ética e justa, educador(a) não avaliar também por produção os aprendizes a eles confiados.

5 Meta institucional que recomendou aos docentes avaliar aprendizagem à base de determinada produção estudantil, usualmente consistindo na elaboração de síntese(s) de conteúdo de aula(s) recém comunicado pelo(s) professor(es), conforme à frente será melhor detalhado.

Todavia, a inserção de uma IES no contexto democrático-liberal, em que prevalece o princípio de que ninguém pode ser obrigado a ser generoso, faz com que a distinção entre produzir e apropriar venha a reforçar a opcionalidade, no sentido de esta ser questão inequivocamente também educacional, ou seja, de existir para convencer e nunca para vencer os educandos, estes na condição de futuros indivíduos adultos e também culturalmente maduros.

Entretanto, vivenciar tentativas de convencer, inclusive por força de inegáveis resultados na interação entre aprendizagem e ensino, tem incidido em oportunidade para abrir horizontes no processo educacional, os quais justificam persistir na busca de tal convencimento.

Referência para produção mediar pesquisa e desenvolvimento de proposta educacional na FASB obteve especial reforço, a partir do acesso a determinadas ressalvas sobre tendências de abordar os indivíduos e a sociedade à base de saber filosoficamente relevante, apesar de ambos – indivíduos e sociedade – viverem na natureza e, por força desta condição, as concernentes abordagens precisarem ser mediadas por ontologia do ser social, ou mais precisamente, por determinada ciência econômica, conforme incomum autocrítica ao final do longo percurso intelectual do filósofo Lukács (2003, p. 15). Ressalte-se que, anteriormente ao reforço em apreço, tal mediação fazia-se presente na FASB por força da preocupação com a sustentabilidade também coletiva da IES, de Barreiras e do Oeste Baiano.

3.4 Proposta educacional

Após o reconhecimento de incomuns ameaças à cultura e inclusive à sustentabilidade social, ambiental e até econômica de Barreiras, bem como ao dever da FASB no contexto polarizado por esta mesma cidade, surgiram discussões a respeito de eventuais desdobramentos destas ameaças enquanto questões a serem problematizadas. A partir de tais discussões emergiram desafios cujos enfrentamentos inspiraram proposições a respeito da educa-

ção a ser promovida local-regionalmente. O desfecho destas proposições foi sintetizado na missão educacional, conforme a seguir explicitada:

[...] certa educação universitária, cuja diferença qualitativa signifique, tanto *economia de conhecimentos* para educandos mais ameaçados de exclusão em sentido amplo, prevenindo-lhes inadvertida vitimação a macrotendências inerentes ao próprio processo cultural-civilizatório, quanto motivo de reflexão sobre o significado ético-competitivo da afirmação pessoal e corporativa, para os mais seguros de sua inclusão em largo alcance (BERGAMO, 2010, p. 253) [Grifo no original].

A expressão “economia de conhecimentos”, apesar de se expor a interpretações até incabíveis no exterior das circunstâncias em que está a insurgir, precisa incorrer em mediação que lhe previna irrelevância filosófica quanto às concepções do ente humano e da sociedade. Paralelamente, impunha-se abertura a determinados entendimentos a respeito de ética e de justiça, no sentido de propor missão educacional cujas potencialidades têm persistido irrealizadas à conta de interesses em ilimitada ou ideológica objetivação.

3.4.1 Questão de qualidade educacional

Trata-se de questão condicionada pela circunstância de que o convencimento junto aos estudantes, assim como a respeito da importância de tais estudantes virem a ser pessoas educadas e culturalmente maduras, incida em justificativa mais relevante do que a concepção de educação superior que esteja a presidir o trabalho docente.

Diante dessas perspectivas, promover aquele convencimento adentra desafio cujo enfrentamento precisou contar com oportunidade para o trabalho educativo na FASB qualificar-se de forma singularmente diferenciada (LUCENA, 2015). Neste sentido, cumpriria que este trabalho se

fizesse mediar por compromisso com a institucionalidade também natural da existência de excedente de produção que não pertença à concorrente fonte geradora, o que presume o saber propriamente educativo cujo conteúdo sempre esteve prontamente acessível mediante estudo do que ocorre, ora positivamente na interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável, ora negativamente na passiva e privilegiada sustentação de adulto que se omite em produzir de maneira ético-científica.

De fato, a existência de até mais de dois sujeitos na interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável tem sido objeto da mais originária e recorrente sociabilidade humana. Paralelamente, multiplicidade da prole também tem sido habitual. Além disso, a dotação e a acessibilidade de recursos naturais perfazem condição para haver limites físicos à expansão demográfica. Em decorrência, emerge uma totalidade em que a interação entre prole e quem a sustenta se torna imprescindível para que qualidade se coloque como questão inerente à sustentabilidade individual e também coletiva.

Tal imprescindibilidade requer que essa interação ocorra de modo generosamente cooperante, ou seja, que coincida com sentido mediativo para as subjetividades humanas assumirem as próprias generosidades. Desta maneira, se houver apenas um sustentador, este há de cooperar generosamente com a prole. Mesmo nesta situação, é raro dispensar condutas generosas a provirem da ambiência externa e entre si inigualáveis. Se houver dois ou mais sustentadores, estes exercem generosidades cooperantes sem que, entre si, tenham como reivindicar iguais procedimentos.

Então, cumpre admitir que qualidade pressupõe condição existencial inigualável, não apenas enquanto generosidade cooperante, como também de subjetividades que sejam fontes desta mesma cooperação. Por força de incidir em produção inconfundível com apropriação, esta generosidade perfaz caráter paradoxal, ao “ter que existir” ‘opcionalmente”, ou seja, ao compreender a possibilidade de acontecer no exterior da interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. Por isso, a

procedência de sentido e o caráter livre de generosidade cumprem incidir em inequívoca qualidade de sujeitos do processo educacional. Já a identificação destes sujeitos, por serem inigualáveis, coaduna-se com o que sempre há de corresponder ao significado da pergunta “Qual?” (ABBAGNANO, 2007, p. 957), cuja suficiência de resposta tem sido, a rigor, inatingível.

Todavia, apelar para condição veraz da qualidade há de adentrar suspeita de até fundamentalismo a ser como que incutido na formação dos jovens. Por isso, surge considerar que tal veracidade se apresente na paradoxal circunstância de opcional-obrigatoriedade. Então, o paradoxo de obrigar-se a gerar excedência de aprendizagem em âmbito exterior à afetividade, que fora natural somente ao início da história da pessoa, há de colocar-se enquanto inusitado e inequívoco entendimento do que perfaz liberdade que também prevaleça na urdidura compreendida pelas vigentes relações sociais.

3.4.2 Sentido preciso da cientificidade

Dentre os componentes processuais da reprodução da espécie, considera-se, em razão da sua inegável especificidade, aquele da interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. O modo como ocorre esta interação é físico e, como tal, perfaz natureza que é comum à espécie humana e a outras que incidem em estrita animalidade. A comum condição natural das sustentações em foco é base necessária e suficiente para haver ciência a respeito do modo de elas serem obtidas, ou seja, há um e único modo de produção a garantir ambas as sustentações.

É óbvio que sustentar essa prole implique em dividir as atividades e/ou os concernentes resultados, de modo que sejam atendidas as necessidades próprias de quem sustenta e também aquelas da prole, o que significa haver autoatribuição de limites na estrita imanência da singularidade pessoal-humana. Além disso, as fontes de meios desse atendimento são externas à prole e a quem a sustenta, de maneira que somente sustentador já adulto

tem como recorrer a essas fontes e obter resultados em cuja destinação cumpre existir limites entre o que lhe cabe e o que precisa se destinar à prole.

Efetivamente, este sustentador se obriga a conter-se em limites entre o que lhe é ao menos necessário como meios de vida e um excedente destes meios a ser destinado à reprodução da espécie. Assim, para o sujeito sustentador obter tais meios é, em uma proporção, um produzir inconfundível com apropriar, havendo, entre um e outro, limites enquanto separação real, mas, em outra proporção, há convergência de ambos, o que não faculta confundi-los, ou seja, limites se constituem em suportes-reais da separação entre as ideias correspondentes às realidades de produzir e apropriar. Por si mesma, a prole não tem como obter esses meios, o que, da perspectiva de quem a sustenta, significa apropriar não apenas inconfundível com produzir, como também justiça apropriar por coincidir com a reprodução da própria espécie.

Confundir apropriação com produção tem incorrido em falta de ciência e esta falta, por seu turno, tem persistido historicamente acrítica por ainda não compreender separação entre as correspondentes ideias. Por isso, a persistência em foco incorre no dualismo, também acrítico, entre agressão e refúgio. Já à conta deste dualismo, agressão resulta superestruturada na condição de defesa preventiva, ao passo que refúgio, por incidir em produção sempre carente de acontecer inconfundível com apropriação, tem persistido infraestruturada na condição de trabalho enquanto fonte de meios sustentatórios, inclusive daquela defesa.

Em síntese, criticar tal dualismo, no sentido de vir a ser ultrapassado, passa a ser objetivo plausível à referencial-fundamentalidade que é ineliminável prerrogativa da interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável. Na FASB, esta referencial-fundamentalidade se tornou o fulcro da busca do alcance preciso da cientificidade, a par do sentido verdadeiro da qualidade, a respeito da educação de cunho propriamente universitário promovida local-regionalmente.

3.5 Conclusão

Em princípio, foi necessário pressupor a inegável realidade da interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável para que a acima delineada Proposta Pedagógica da FASB se fizesse sempre mais convincente no fragilizado contexto em que, ousada e modestamente, esteve a realizar-se. Para tanto, impunha-se condição existencial de limites físicos que se constituíssem em suporte real-concreto de criteriosidade que passasse a orientar a busca de precisão regulatória e de operacionalidade científico-técnica para haver ética e justiça, mesmo que ambas persistissem vislumbradas nos diferentes contextos da realidade brasileira.

Por força da criteriosidade assim orientativa e da objetividade implicitamente admitida a respeito das usuais concepções de homem, de sociedade e mesmo de mundividência, tornou-se possível conceituar coletivo e singularidade pessoal-humana, de forma que inovação em mundividência resultasse da interação entre esta singularidade e aquele coletivo.

No caso desta singularidade, limites físicos ocorreram explícitos, ao ser assumida produção inconfundível com apropriação de parte dos concernentes resultados, circunstância em que essa mesma singularidade se apercebeu capaz de produzir um excedente e de efetivamente destiná-lo à prole e a tudo o que esta presume para crescer e se tornar adulta também culturalmente. A rigor e em bases humano-pessoais, essa singularidade se explica na sua interação com o coletivo.

Trata-se de coletivo a refletir heteroatribuição de limites ético-científicos que lhe facultem conter-se em seu próprio sentido, dada a ineliminável circunstância de não lhe ser possível originar-se nem se manter por si mesmo, mas ter que existir para que não a prevaleça a absurdidade em que incide o dualismo entre superestrutura e modo de produzir, este recorrentemente injustiçado no âmbito da imprecisão categorial que preside o que tem sido denominado de relações sociais de produção.

Cumpre também evidenciar aquela inovada visão de mundo enquanto justiça de verdadeiro sentido, pois estaria a derivar dos limites ético-científicos em que incidem as suficiências de tudo o que não emerge, nem se sustenta por si mesmo, mas que tem de existir. Por sua vez, estas suficiências provêm de generosidade que tem sido, desde mínima, enquanto condição para a espécie se reproduzir em termos evolutivamente biofísicos, até a potencialmente ampliável, por força da intensidade da interação entre coletivo e as singularidades que o compõem.

Anexo - Instrumentalização do Trabalho Educativo na FASB

A seguir são apresentados os instrumentos de apoio ao trabalho educativo na FASB, considerando-se a organicidade em que eles cumpriram ser úteis ao ensino e à aprendizagem, ambos em nível peculiarmente universitário.

Em conformidade com a concepção de educação, constante da Proposta Educacional da FASB, estes instrumentos continuam a perfazer apoio para a geração de registros que, por sua vez, se constituíram em imperativo pedagógico na referida IES.

Essa instrumentalização contemplou razões, não só de engendrar tal apoio instrumental ao trabalho educativo, como também de esse apoio ter resistido a testes de proficiência e de intensificável aceitação.

I – REGISTROS DE AUTOCONHECIMENTO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO A SER GENEROSO CONSIGO MESMO⁶

Estes registros serviram para os ingressantes na FASB se prevenirem contra irrealismo a decorrer de uma originária insuficiência de clareza e de ordenamento das ideias sobre objeto de trabalho acadêmico e maneira de este objeto ser operado, insuficiência que induziu a priorizar esta relação com o objeto, a exemplo de considerar ser possível a prática profissional na sala de aula. Por isso, ao persistir esta insuficiência, avultaram-se riscos para ampliação de conflitos entre discentes e docentes no âmbito das relações acadêmicas, concomitantemente com a precoce autoentrega a individualismo e a ideologismos, um e outros enquanto devotamento a atender, de forma ilimitada e excludente, necessidades culturalmente criadas, a começar por aquelas de poder e de riqueza, das quais derivam numerosas outras.

Contrariamente, suficiência daquela clareza e ordenamento das ideias teriam como ser antecipados, à medida que os ingressantes passassem a ter motivos pessoais para assumir responsabilidade, de maneira correlata a serem generosos consigo mesmos. Trata-se de motivação que costuma intensificar-se à chegada da maturidade fisiológica. Esta, por sua vez, raramente tem sido acompanhada por adulez também cultural para distinguir entre indivíduo (sujeito que é, primordialmente, fonte de ação) e coletivo (objeto que é, tão somente, resultado de ação). Ao sujeito cumpre gerar meios de vida que sejam suficientes, tanto para dar conta da autossustentação, quanto para gerar excedente compatível com sua inserção nas suficiências coletivas que, a exemplo de uma rua bem conservada, não emergem e não se mantêm por si mesmas, mas têm de existir no âmbito do que é comum em toda sociedade que se projete por suas suficiências.

6 Ver plaquete “A realização da proposta pedagogia ‘fásbiana’ (PPF). Primeira etapa: acolhimento dos ingressantes” (FASB, 2015).

Prevenir insuficiência de clareza e de ordenamento de ideias é desafio que cabe ser enfrentado mediante pedagogia da pergunta ou por conta de questionamentos. Respostas a estes questionamentos urgem ser priorizadas segundo um critério de objetividade ou de precisão perceptiva da realidade, a começar por mera preocupação ou mesmo inquietude, a respeito de razões ou motivos de estudar, de conteúdos ou objetos de estudo, assim como de maneiras ou métodos de estudar. Já aquela precisão perceptiva da realidade cumpre ser tão mais intensa quanto mais incidir na coerência entre maturidade física e adulez cultural, esta última a adentrar clareza e ordenamento das ideias sobre a realidade pessoal-estudantil.

Há três situações em que cumpre recorrer a tais questionamentos:

- A primeira situação precisaria ocorrer no momento da matrícula, circunstância na qual recomenda-se prudência no sentido de que todo ingressante se questione a respeito de maturidade também cultural para assumir um processo de autoquestionamento quanto à clareza e ao ordenamento das próprias ideias. Trata-se de objetivo que tem como ser realizado mediante priorização de respostas a três indagações, estas já implicitamente formuladas na mente estudantil. As indagações são as seguintes: Por que, para quem e para que irei estudar? O que estudar? Como vou estudar? Sabe-se, por força de sempre mais ampliado número de respostas, que os entendimentos sobre “o como” estudar se apresentam com notória imprecisão, de forma que raramente hão de restringir-se à correlação entre conteúdo a estudar e método a ser seguido.

- A segunda situação acontecia durante o Acolhimento⁷ para ingressantes na FASB, evento no qual são apontadas diferenças entre acessar saberes no ensino médio e aprender no ensino superior. Chamava-se a atenção dos ingressantes a respeito da situação de uma pessoa já naturalmente adulta que se devota a apenas curtir a vida, pois esta curtação significaria autoinsustentabilidade, ou seja, nada mais do que desfrutar de resultados do esforço alheio sem disto nem mesmo se dar conta. Por precoce que ainda o seja, refletir sobre relação entre indivíduo e coletivo cumpriria também ser condição de estudantes priorizarem respostas a três questões, em cujos teores foi aprofundado o grau de especificidade do objeto que lhes é comum – o trabalho: Por que, para que e para quem vou trabalhar? Em que irei trabalhar? Como executar aquilo em que irei trabalhar?
- A terceira situação acontecia ao final de esclarecimentos sobre a distinção entre produzir e apropriar, recorrendo-se a exemplos da precedência do objeto ocupacional em relação a ser possível executá-lo, uma vez que, para tanto, este objeto tem que estar de antemão disponível⁸. Após tais esclarecimentos, as três questões – acima apresentadas em duas outras circunstâncias – cabiam ser formuladas em uma terceira versão na qual fosse especificamente explicitada a categoria correspondente a “objeto de trabalho”: Por que, para que e

7 Este evento fazia parte do calendário acadêmico da IES e a pertinente frequência tinha como resultar em atividades complementares previstas nas diretrizes curriculares nacionais, até mesmo nas situações em que era estabelecida a opcionalidade de realizar tais atividades.

8 Evitava-se, radicalmente, recorrer ao simplismo paternalista de previamente avisar a respeito de “o quê” vir antes de “como”. Este simplismo era evitado neste Acolhimento, pois quem descobria, por si mesmo, tal ordem de respostas sensibilizava-se pela relevância da própria descoberta e amadurecia como sujeito.

para quem irei produzir distintamente de apropriar? Qual será meu objeto de trabalho? Como irei executar meu objeto de trabalho?

Nessas duas últimas situações, as mudanças e repetições de sequências, na ordem de respostas individualmente explicitadas, facultaram expressar, de maneira também quantitativa, o que foi processado em bases de estrita qualidade. Então, as repetições das experiências e a condição numerosa de coletivos de sujeitos envolvidos passaram a indicar realizações de objetivos de pesquisa de antemão estabelecidos, os quais aparecem no item a seguir.

II – REGISTRO DE PRIMEIRA AUTORIA

Após responder às duas recém-apresentadas séries de questionamentos, era usualmente solicitado ao ingressante na FASB que produzisse um primeiro registro de aprendizagem, cujos teores possibilitassem avaliar, reciprocamente inclusive, tanto uma produção de docente quanto outra de aprendiz, sob o título de REGISTRO INICIAL, mas que, efetivamente, equivaleria a um primeiro exercício de autoria junto à discência (ver procedimento a seguir):

Elabore, a título de REGISTRO INICIAL e nas linhas pontilhadas logo abaixo, dois (2) pequenos textos, em conformidade sobre o que é solicitado ao início de cada um deles:

- Primeiro texto – Sobre os assuntos tratados neste terceiro módulo do Acolhimento dos ingressantes na FASB, **o mais fundamental** foi

.....

- Segundo texto - Em meu ajuizamento, a ausência de colegas nestas Atividades Complementares (ACs) resultará em:

.....

Com base em sucessivas apreciações sobre tais exercícios, constataram-se avanços na Práxis Educativo-Coletiva em busca de mais intensa qualidade e de ético-cientificidade em produzir educação. Dentre tais avanços, cumpre destacar os dois seguintes:

- a) efetivação de tais registros houve de incidir na especificidade do processo educacional e na condição de gerar instrumentos de obter testemunhos de formação pessoal-singular, cujos sujeitos, além de se disporem a assumir autossustentação, também se propuseram a ser generosamente mais contributivos para as suficiências coletivas, a partir daquelas concernentes ao coletivo educacional;
- b) peculiarmente à chegada da adulez natural, caberia considerar a possibilidade de emergir conduta generosa para o concernente sujeito, assim como de inserção em realidade, mediante convicção pessoal de que objeto de estudo e de trabalho precede a maneira de executar este mesmo objeto.

III – REGISTRO PARA AUTOAVALIAÇÃO TAMBÉM POR PRODUÇÃO⁹

Este registro começou a ser utilizado desde 2004 na FASB, comprovando, antes de tudo o mais, sua eficácia para haver avaliação recíproca, ainda em processo, entre aprendizagem e ensino. Desta mesma perspectiva, também se revelou peculiarmente útil para prevenir desentendimentos, ou até mesmo situações conflituosas, entre múltiplos discentes e, na maioria dos casos, um único docente. Paralelamente, serviu para evitar mazelas que costumavam prejudicar, de forma até irrecuperável, a imprescindível fluência da relação entre ensino e aprendizagem individual no âmbito da discência. Por outra parte, o uso do registro em foco ofereceu teores que acabaram sintomáticos quanto à possibilidade de assimilação individual de conteúdos,

9 Ver plaquete “A realização da proposta pedagógica ‘fasbiana’ (PPF). Segunda etapa: auto-aplicação do objeto” (FASB, 2016).

assim como da efetivação desta possibilidade, além de ter comprovado déficits de presumida atenção não explicados por estritas faltas.

A constituição formal do registro à base de elaboração de síntese visava delimitar o que cumpriria ser mais condizente com requisitos para haver produção estudantil acentuadamente aperfeiçoada, atentando-se para as seguintes e requeridas formalidades:

- a) somente conteúdos do ensino recém-findo constituíam teor da elaboração, produzindo-se registros de apoio à memória pessoal sobre o mais referencial-fundamental (orientativo e embaçador) para a aprendizagem, ou seja, sobre componente(s) da realidade a se impor(em) como resposta a “por que, para que e para quem” precisariam se tornar objetos de saber;
- b) o grau de aproximação da síntese do(a) estudante aos teores de outra síntese que, ao se iniciar outro tema de ensino, ou mesmo a próxima aula, **caberia** ser apresentado pelo(a) docente para explicitar o mais referencial-fundamental na perspectiva de toda a turma de discentes;
- c) o caráter propriamente elaborado de resumos e, sobretudo, de sínteses, restando insuficiente que o(a) estudante se restringisse a apenas arrolar itens, à guisa de ementa, esquema, expressões lacônicas, chavões e/ou clichês;
- d) precisão comunicativa (correção, sintaxe e clareza de ideias);
- e) atenção quanto a prevenir plágio, recorrendo-se ao uso de aspas em palavras, expressões, frases ou períodos, os quais viessem a ser colhidos da lousa e/ou da fala docente;
- f) caligrafia que fosse legível também por outras pessoas que o próprio autor.

Efetivaram-se esses requisitos com a aplicação dos seguintes instrumentos de apoio pedagógico:

FICHA: AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO da FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO			
Curso:	Disciplina:		
Turma:	Professor(es):		
Nome do(a) Estudante:		[Notas: A1: Het.: A2:	
Data:	Conteúdo da(s) aula(s):		
Para o coletivo da turma, o mais fundamental do conteúdo foi...			
OBJETIVIDADE			
SÓ CONTEÚDO RECÉM-ENSINADO			
<i>[Inexiste aprendizagem sem comprovada capacitação para repetir, refazer ou reiterar o que foi ensinado]</i>			
verso=>			
(Casual): do conteúdo aprendido o que mais despertou minha atenção de futuro profissional foi...			
[Objetividade a influenciar especialização]			
verso=>			

Para tanto, o apelo ao instrumento em foco ocorreu na perspectiva de facultar que o estudante ultrapassasse seu eventual “irrealismo”, constatável ao início dos estudos, a respeito de preocupar-se mais intensamente com a maneira de executar do que com a obviedade da necessária presença do objeto ocupacional, mesmo que este objeto incida em mero conteúdo a respeito de como estudar.

Essa ultrapassagem se torna tão mais urgente quanto mais se prolongue a imaturidade na história da pessoa, mas que, ao não vir a ser ultrapassada mediante acesso a mais intensa qualidade da educação, desanda em privilégio cuja reprodução se torna reconhecida apenas casualmente junto aos respectivos favorecidos. Além disso, a falta de consciência das implicações e desdobramentos deste mesmo privilégio persiste condição para que se reproduzam as “injustificações em geral”, ou seja, as desigualdades políticas, as disparidades econômicas e os próprios desníveis educacionais, sobremaneira enquanto herança colonialista nas periferias das metrópoles nacionais a se constituir em renitente ameaça aos meios urbanos no interior do Brasil.

Trata-se de referencial-fundamentalidade cujo objeto corresponde à interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável, interação esta que sempre incidiu em inconsciente prática inerente ao caráter social do processo produtivo. A conscientização dessa prática na FASB precisa coincidir com aquele salto em termos ontológicos que, por sua vez, há de ser referência e fundamento para a emancipação humana, à base de produção inconfundível com apropriação.

Assim, produzir de maneira ético-científica na IES incidiu em ensaio de emancipação humana, a partir da subjetividade e de poros da realidade que extrapolassem a primordial esfera do parentesco.

Por sua vez, essa extrapolação houve de constituir-se em conceito que incidisse em apoio crítico-teórico para abordagem dos conhecimentos, hoje apenas filosoficamente relevantes, a respeito de homem, de sociedade e de visão de mundo.

No âmbito da subjetividade dos acadêmicos, tal conscientização transcorreu mediante “avaliação também por produção”, tanto nas realizações do Acolhimento dos ingressantes na IES, peculiarmente em disciplinas/módulos do primeiro semestre letivo, quanto no segundo semestre, aos menos em uma disciplina que perfazia teoria e pertinentes especificidades no campo de atuação de cada Curso.

Práxis Educativo-Coletiva, mediada por produzir inconfundível com apropriar, há de refletir a consciência de que é imprescindível ou natural-institucional gerar gratuitamente excedente de produção, de maneira que mestres e aprendizes passem a preocupar-se sobre “por que, para que ou para quem”, “em que” e “como” gerar tal excedente. Em consonância com a dialética entre perguntas e respostas (SÁNCHEZ GAMBOA, 2015), urge que estes questionamentos sejam respondidos no âmbito da relação entre aprendizagem e ensino.

IV – TRABALHO INTERDISCIPLINAR INSTITUCIONAL (TII)¹⁰

O uso deste instrumento já está consolidado enquanto Práxis Educativo-Coletiva, pois se constitui em trabalho cuja qualidade educacional reside em oportunidade de realização autônoma e, por isso, humanizadora dos próprios estudantes.

O objetivo geral de recorrer a este trabalho voltava-se ao atendimento da necessidade de contribuir para a criação de condições nas quais fosse possível intensificar o sentido criticamente emancipatório da educação promovida pela FASB, mediante institucionalização de incomum oportunidade de provocar tal intensificação também coletivamente.

Associaram-se, ao alcance geral desse objetivo, outros cinco propósitos específicos:

10 Ver plaquete “A realização da proposta pedagogia ‘fasbiana’ (PPF). Terceira etapa: Trabalho Interdisciplinar Institucional-TII” (FASB, 2017).

- a) engendrar situações em que a cooperação individual intragrupo e entre grupos de estudantes fosse vivenciada de maneira mais aberta a inovar em matéria de relacionamentos humanos que eram imprescindíveis para chegar a realizações de sentido também coletivo;
- b) facultar aos estudantes da FASB se aperceberem de que, após ser atingida a adultez natural, não costuma haver mudança de conduta em favor de ético-cientificidade em produzir, ao contrário da recorrente possibilidade de acessar saberes, notoriamente se houver tal mudança de conduta;
- c) efetivar potencialidades dos estudantes, no sentido de que estes demonstrassem iniciativa e capacidade realizadora para produzirem as sínteses textuais das quais eles próprios mais carecem e que somente o conjunto delas há de reunir possibilidades de fazer com que essas sínteses venham a existir, consolidando peculiar metodologia;
- d) assumir, também coletivamente, produção inconfundível com apropriação, mediante levantamento e discussão de informações que ajustassem a compor um previsível paradigma de TII referente a cada Curso na FASB;
- e) vivenciar a emoção de exercer competências coletivo-realizadoras, dado que, para tanto, oportunidades ainda persistiam raras na história de Barreiras e das comunidades circunvizinhas.

Na realização do TII cumpria ocorrer produção também grupalmente autoavaliada, desde que fossem singularmente consideradas as produções estudantis. Para tanto, este Trabalho contou com roteiro de realização¹¹ recorrentemente atualizado, inclusive mediante contribuições dos próprios estudantes.

11 Trabalho Interdisciplinar Institucional da FASB (TII/FASB): aproximação à realidade local-regional dos campos de atuação dos Cursos – Roteiro (mimeo). FASB/Direção Acadêmica/ PAD/PAP/CONSER-FASB: Barreiras/BA, 2016.

V – ESTUDO CONTRIBUTIVO

Este instrumento serviu de tentativa no sentido de antecipar a realização da generidade do perfil do egresso da IES, contando com aplicações anuais já ocorridas, na perspectiva de testar proficiência quanto a atingir seu pré-concebido objetivo¹².

O eixo de tal generidade incidiu no cumprimento do que determina o Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao *pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (BRASIL, 2016) [grifo nosso].

Assim, os objetivos que presidiam o estudo em foco se voltavam para auscultar a formação do perfil de um sujeito que enxergasse, em diversas situações, o que haveria de ser *mais individual, mais organizacional e mais coletivo*, por força da presença do que era mais imediato na vivência humana: adultos, habitações e prole naturalmente ainda autoinsustentável, bem como profissionais, ambiência laboral e determinados complexos vivenciados em contextos sociais.

VI – INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A REALIZAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO DA FASB-BARREIRAS/BA

O Estudo Contributivo correspondeu a um determinado instrumento pedagógico que, pela consistência das primeiras aquilatações feitas, passou a compor a política antecipada de acompanhamento dos egressos da FASB. Tal consistência também se constatava pela práxis educativa em relação às

12 Estudo contributivo: antecipação do perfil do egresso da FASB (mimeo). Barreiras/BA: FASB/Direção Acadêmica/PAD/PAP/CONSER-FASB, 2017.

demais etapas que perfaziam os estágios de implementação da Proposta Pedagógica Fasbiana (PPF). Trata-se de um estudo cujos resultados precisavam coincidir com uma requerida criteriosidade para avaliar o próprio estágio de realização do perfil do egresso no âmbito da FASB. Correlato a essa instrumentalização, cabia refletir sobre a abrangência do entendimento a respeito da categoria denominada referencial-fundamentalidade, peculiarmente de um conteúdo de aula. O entendimento em foco se deparou com anterior efetividade da autoaplicação da PPF, esta sempre a ocorrer em sala de aula mediante a elaboração de síntese do conteúdo recém-comunicado, consistindo em uma sintetização mais representativa, densa e precisa, previamente junto à docência e com posterior alcance junto aos discentes.

Em consonância com os fundamentos e os critérios da mencionada autoaplicação (pelo docente e, também, pelos discentes), a dinâmica do Estudo Contributivo passou a considerar desdobramentos da pesquisa-ação educacional denominada Práxis Educativo-Coletiva. Neste caso, tal dinâmica se traduziu em três outros e assemelhados níveis daquela abrangência: nível institucional (relativo a leis), nível profissionalizante (referente a cursos) e níveis específicos (restritos a disciplinas), em razão do Artigo 205 da Constituição Federativa do Brasil de 1988 evocar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além daquela sintetização mais abrangente e do concernente condicionamento nos três níveis institucionais, cumpria que se considerassem questões e problemas que se encontravam presumidos às insuficiências educacionais no Brasil. Dentre tais insuficiências, destacaram-se três dentre elas:

Primeira: notório *irrealismo educativo*, que equivaleria à priorização valorativa da didática ante as especificidades das matérias curriculares, ainda tem sido constatável junto a egressos da educação básica (ensinos fundamental e médio), mediante priorização de *o como* ante *o quê* estudar, trabalhar e produzir;

Segunda: notório descaso em considerar a pessoa a ser plenamente desenvolvida, mediante recurso ao caráter meramente abstrato do conteúdo,

caráter que também perfazia conveniência a comodismo docente para comunicá-lo e discente para escutá-lo, e apenas memorizá-lo;

Terceira: notório ideologismo sobre cidadania a ser exercida à conta de redução do significado do que seja público (para todos) ao meramente estatal, em prejuízo da capacitação dos jovens no sentido de enxergar e projetar interações humanas voltadas para cooperar em matéria de produção, em vez de individualizar-se em formalidade de apropriação da gratuidade da natureza e da exploração do trabalho socialmente empreendido.

4. Intensificação da suficiência em produzir educação de maneira ético-científica

Pedro Bergamo
Giselda Frank
José César dos Santos
Alexandre José Martins da Silva

Na sua origem, a espécie humana existiu e residualmente ainda existe, graças a meios de vida gratuitamente aprontados pela natureza. De modo recorrente e circunstancial, servir-se apenas desta gratuidade veio a incidir, efetiva e localmente, em ameaça de se tornar inviável. Nas situações em que surgisse tal ameaça, costumava emergir necessidade, seguida de usual motivação, no sentido de que indivíduos e inclusive povos migrassem para territórios ainda não habitados.

Em posterior e inevitável emergência de escassez desses territórios, tornava-se inescapável engendrar determinadas ações, peculiarmente aquelas que se voltassem para prevenir efeitos do esgotamento da gratuidade da natureza, pois incorria em riscos de não restar possível até mesmo a sobre-

vivência humana, emergindo oportunidade de evocar algo que, ao seu início, beirou o caráter extraordinário, ou seja, o tirocínio humano para propriamente produzir.

Trata-se de tirocínio que só houve de acontecer muito tardiamente na história dos povos, há cerca de pelo menos 9.000 a.C., tendo-se em vista achados de pesquisa sobre a presença de efetiva produção nos planaltos adjacentes às montanhas que dominam os territórios centrais da atual Turquia, bem como nas margens do rio Jordão na Palestina (BARRACLOUGH, 1995).

A partir da existência de produção em escala já notoriamente ampla, objetivos e oportunidades de empreender acesso a meios de vida implicaram invasões de áreas já amplamente mais cultivadas. A propósito de tais invasões e por força do concernente significado histórico, cumpre citar aquela efetivada contra o reino do delta do Rio Nilo pelo rei que dominava territórios mais interioranos e também dependentes das águas deste mesmo Rio, evento que ocorreu por volta de 3.100 a.C. Assim também motivadas, aconteceram invasões na mesopotâmia meridional, para onde e recorrentemente, migraram povos advindos dos territórios pertinentes aos atuais países da Síria e do Irã (idem).

Além da violência em que historicamente incidiram as invasões em foco, cumpre considerar outra também a ocorrer atrelada ao atendimento da necessidade de produzir. Tem subsistido de maneira apenas complexamente observável, ao camuflar-se com a realização do seu jamais alheável potencial de valer-se da indignidade humana, ou seja, de apelar ao caráter propriamente social das relações de produção.

Já esse caráter houve de ser preanunciado à referência da mais originária célula da sociedade clássico-grega, conforme teor de um excerto de texto atribuído a Hesíodo, ou seja, ao primeiro historiador que formalizou algo sobre caráter propriamente social no âmbito do processo de obter meios de vida: “[...] foi com razão que Hesíodo disse que a primeira família foi com-

posta ‘pela mulher e o boi feito para o labor’, pois o boi exerce o papel do escravo entre os pobres” (ARISTÓTELES, 2007, p. 55).

Na atualidade histórica e de forma aparentemente inquestionável, constata-se apelo à indignidade humana até mesmo no próprio efetivar-se do mister da educação, à conta de alheamento¹ à objetividade ou à ético-cientificidade em produzir educação. Para ultrapassar esse alheamento urge advir, exemplar e pioneiramente, reflexão sobre a vigência do caráter peculiarmente social das relações de produção que têm sido observáveis no processo educacional.

A propósito da peculiaridade desse caráter, cumpre ter em vista a condição histórica do entendimento a respeito do termo social, cuja ideologização tem incidido em uma totalidade absolutizada ou a pressupor ilimitação do concernente pensar, o que tem sido recorrentemente concebido a partir de um seu presumido exterior, ou seja, a partir de um imaginário que torna essa mesma totalidade indiferenciável de um mito. Todavia, os seus atribuíveis componentes, ao se encontrarem limitadamente observáveis, adentram objetividade, apesar de incidirem em múltiplas incongruências e até mesmo em opostos entre si inconciliáveis, ou mesmo em contraditórios.

Por sua vez, dignidade humana implicaria humanização que ainda persiste meramente potencial, aguardando ser efetivada mediante aprendizagem de produzir meios de vida, à base de limites na apropriação dos resultados, ou seja, à base de ético-cientificidade em produzir cuja maneira – modo unido a forma – de acontecer é de caráter referencial-fundamental (orientativo e básico) e por isso se desvela com potencial para compor objeto epistêmico da própria educação.

1 O uso da palavra alheamento, que compõe o acervo de categorias da Práxis Educativo-Coletiva (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016), estabelece uma distinção conceitual em relação àquela de alienação, originada em Marx (NETTO, 2020).

Dado que esse potencial ainda não houve de ser realizado, urge destacar, dentre os múltiplos e mais visíveis empecilhos, aqueles referentes a irreflexão e a apatismo aético-social:

- *Irreflexão* significa o pensar desta ou daquela pessoa acontecer de forma constantemente alheada ao sentido ou à razão de ele mesmo existir, correspondendo a estágio cultural que está cabalmente socializado, ou seja, que não mais se depara com oportunidade de vir a ser propriamente humanizado.
- *Apatismo aético-social* incide na condição pessoal de se autodispor a prejudicar a realização dos seus potenciais, sendo que, para tanto, ela costuma propender a assumir a sua liberdade, nas perspectivas, tanto de comodidade físico-psíquica tendente a ser maximizada, quanto em omitir-se no sentido de abraçar trabalho enquanto atividade que lhe possibilite ao menos sobreviver e até a continuidade da sua vida se tornar encargo de outrem, ou, diversamente, em dedicar-se a tão somente conquistar riqueza e/ou poder. Em ambos os casos, a concernede pessoa se conduz de maneira alheada até à possibilidade de lhe estar reconhecível, em termos de exercer liberdade pessoal, a dualidade entre o que é certo, verdadeiro ou inclusive divino e o que é errado, falso ou até mesmo demoníaco.

Dessa forma, irreflexão e apatismo aético-social estão a ser reproduzidos de maneira sempre mais enredada em recorrentes e/ou novas situações de vida, nas quais se torna constatável propensão a denegar efetividade em cumprir as históricas atribuições do mister da educação. Por isso, intensifica-se o caráter peculiarmente complexo e inclusive insólito da natureza dos problemas a serem incessantemente resolvidos. Nesse sentido, encarar esses problemas passa a pressupor saídas que sejam genuinamente referencial-fundamentais, ou seja, radicalmente orientativo-embasadoras.

Para tanto, cumpre ter em vista que a produção sempre foi e há de ser o objetivo ou a causa mais referencial-fundamental da humanidade, pois, direta ou indiretamente, a sobrevivência sempre incidiu em problema cuja so-

lução houve de ser objeto de pensamento e objetivo de ação no contexto das interações entre humanidade e natureza. Assim, esse objeto e essas interações sempre incidiram nas matérias peculiarmente mais indispensáveis no contexto das relações entre os indivíduos e inclusive entre os concernentes grupos. Por sua vez, os conhecimentos a respeito dessas matérias e relações sempre precisaram ser transmitidos por adultos aos seus descendentes ainda imaturos. Trata-se de conhecimentos que na atualidade histórica estão a ser entendidos como o universo das “técnicas culturais”, ou seja, o conjunto de saberes a serem transmitidos às novas gerações pelas precedentes (ABBAGNANO, 2007, p. 357).

Dado que até mesmo a mera sobrevivência jamais deixou de incidir em problema, conclui-se que esse universo das técnicas culturais houve de emergir e de sempre permanecer exposto à urgência de ser questionado, inclusive de maneira inusitada, ainda insólita a rigor, pois a pertinente complexidade houve de intensificar-se no decurso da sócio-história e, na atualidade, as novas gerações de pessoas passam a ter que produzir de maneira parcial-gerosamente assumida e criativa. Para tanto, torna-se cabível, de maneira tão modesta quanto ousada, recorrer a uma alternativa de realidade orientativa e básica em matéria de técnica cultural de produzir, a começar pelo teor da seguinte indagação: existiriam realidades, às quais ninguém estaria dispensado de as enxergar e as idealizar para ser considerado propriamente adulto na atualidade histórico-humana? Na mera hipótese de que existam estas realidades, emergem novas e inusitadas indagações:

- enxergá-las seria imprescindível junto a sujeitos docentes, antes que junto a todos os demais sujeitos?
- saberes a respeito de tais realidades se imporiam por si mesmos, dispensando personalismos para serem tidos como genéricos, universais ou propriamente públicos?
- tais indagações seriam incabíveis?

- seria incabível até mesmo a necessidade de tais indagações acontecerem?

Indagações assim provocativas cumprem vir a ser peculiarmente justificadas, em razão de que houve exercício da liberdade pessoal para intelectualmente as propor, mediante atitude humana exposta à radical dualidade entre o que precisa adentrar caráter livremente assumido (propô-las) e o que poderia ter sido livremente omitido (não as propor). Então, à referência de caráter certo, verdadeiro ou inclusive divino, em contraponto a errado, falso ou até mesmo demoníaco, passam a ser propostas as cinco realidades e pertinentes categorias (saberes propedêuticos e interdisciplinares) a seguir:

1º Saber – Interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável.

2º Saber – Excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora.

3º Saber – Distinção entre produzir e apropriar.

4º Saber – Sentido verdadeiro do que é coletivo: caráter de realidades cujo existir não emerge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de estar presente para um grupamento humano ser realmente possível.

*5º Saber – Limites: **ético-cientificidade em produzir** que possibilita, não apenas o existir do seu próprio sujeito, mas também sua contribuição para a existência do coletivo do qual tem de nascer e no qual vive.*

As realidades em foco ocorrem de maneira² conjugada; todavia, as pertinentes ocorrências não têm extrapolado o âmbito da afetuosidade humana. Por que assim não extrapolam?

2 Em perspectiva conseriana, maneira compreende sempre a junção entre modo e forma.

Para propor, assim divinamente, resposta à indagação em apreço, urge ter em vista que as acima expostas conjugações das realidades e dos concernentes saberes se constituem em inusitada e peculiar fonte de descoberta de outras realidades e pertinentes saberes, a iniciar pela descoberta da realidade e do saber, os quais se referem a nada mais nada menos do que ao puro e simples existir que, em si mesmo ou na sua conjugação de modo e forma, perfaz o que é mais originário, genérico ou universal e, por isso, diz respeito, não apenas a si mesmo ou reflexamente, mas também a todas as demais realidades nas concernentes conjugações de modo e forma.

Por sua vez, o existir, a se caracterizar como o que é mais próprio, genérico ou universal em todas as realidades, em primeira instância no próprio ser humano e em tudo o que lhe diz respeito, ainda não tem sido nem mesmo aventado quanto a ser o objeto mais paradigmático possível da própria educação, isso peculiarmente junto a professores, antes que a todas as demais pessoas.

Para tanto, a realidade (suporte ou modo material imediatamente constatável) e pertinente ideia (forma mediatamente pensável), ambas a respeito de pensar junto a professores, cumprem vir a ser reconsideradas à referência da objetividade do existir humano que ainda há de ser visto e entendido enquanto efeito de ético-cientificidade em produzir, tendo-se em vista as seguintes justificativas:

- I – A objetividade do existir humano cumpriria proceder daquela da ético-cientificidade em produzir.
- II – Enquanto realidade propriamente humana, o existir veio a pressupor a condição processual da maneira como a produção é efetivada e essa condição veio a ser paradigma do próprio existir humano.
- III – As realidades da ético-cientificidade em produzir e do existir humano correspondem às categorias que são as mais originárias, genéricas e universais dentre todas as possíveis categorias em humanidades, pois, neste âmbito, ético-cientificidade em produzir e existir humano

incidem nos saberes que são pressupostos a todos os demais e, por isso, perfazem as categorias mais aprofundadas e abrangentes em humanidades.

- IV – Na atualidade sócio-histórica, nem todo existir humano de um sujeito já adulto está a acontecer na condição de pressuposto efeito de um produzir pessoal ou ético (condição que cumpre ser originária, genérica e universal, ou seja, científica).
- V – Nessa mesma atualidade, infere-se que também está cientificamente pressuposta uma proporção de existir humano a padecer indignidade, em razão de essa proporção se encontrar, antes de tudo o mais, alheada quanto ao que precisaria contribuir tão somente para o que perfaz sentido verdadeiro do que é coletivo – tudo o que não emerge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de existir.
- VI – A condição objetivamente única de todo existir humano faculta ao concernente sujeito exercer seu livre arbítrio de maneira ético-cientificamente atrelada à procedência do produzir que lhe é pressuposto.
- VII – Ético-cientificidade em produzir urge compor proposta educacional, tendo-se em vista que se presta a prevenir concernentes irreflexão e apatismo aético-social, pois uma e outro têm mediado a mera socialização das novas gerações, à conta de alheamento à objetividade no âmbito do processo educacional.
- VIII - Para se desvelar reflexivo e diligente em sua profissão, sujeito professor ético-cientificamente produtivo é aquele que se encontra mediado por objetividade e simpatia em relação a exercer suas atividades, operando no sentido de propriamente humanizar as novas gerações para que passem a dispor do incontornável pressuposto cultural que incide na condição ético-científica do produzir, ou seja, na realização do potencial que melhor caracteriza a condição propriamente humana da pessoa.

- IX – Em seu peculiar e veraz sentido, ético-cientificidade em produzir coincide com dar continuidade ao existir que é próprio da concernente pessoa, passando essa pessoa a apresentar a si mesma razões quanto a adentrar autoconvencimento para abraçar, efetiva e livremente, ético-cientificidade em produzir.
- X – Produzir de maneira ético-científica precisa incidir na causa ou no mais justificado dever-ser da pessoa e da própria humanidade; por isso, incide no que urge vir a ser instituído como o mais referencial-fundamental de uma educação propriamente humanizadora.
- XI – A referencial-fundamentalidade que qualifica os teores dos dez itens logo acima apresentados ainda não tem deparado, junto a sujeito professor e, em consequência, junto a estudante, a dualidade entre, de uma parte, a social e histórica presença do exercer demoniacamente a liberdade na perspectiva de não fazer existir o sentido verdadeiro do que cumpre incidir no coletivo humano; assim como, de outra parte, a também social e histórica ausência do exercer divinamente a liberdade no sentido de que docentes e discentes assumam ético-cientificidade em produzir.
- XII – Dados esse defrontamento e a imprescindível natural-institucionalidade de existirem produtos ou meios de vida, impõe-se a razão de terem sido sócio-historicamente instauradas leis e demais códigos de acesso a estes mesmos produtos.
- XIII – A origem desses códigos tem persistido alheada à objetividade, isto é, à obtenção de meios de vida, à referência do caráter ético-científico de um bem determinado e delimitado produzir.
- XIV – Desalheamento educacional a essa origem propriamente sócio-histórica há de se colocar como inescapável questionamento a respeito da mais almejavél das utopias no âmbito das vigentes sociedades, cujos governantes têm permanecido aprioristicamente alheios ao sentido de propriamente se humanizarem.

XV – Porém, em ambiência religiosa tem sido posicionada a deidade no lugar daquela mais almeável das utopias, posicionamento que ao menos defronta possibilidade, graças a entendimento de que exercer liberdade, de maneira pessoal ou propriamente humanizada, se implicaria em caráter sagrado (item *a*, logo abaixo) ou, diversamente, adentra ideologismo meramente social a desandar em radicalizada indiferenciação qualitativa de atitudes a estarem tendencialmente não mais referenciadas às pessoas (item *b*, a seguir):

- a) moral, ou seja, boa, certa, verdadeira, virtuosa, divina enfim, desde que seja efetivamente assumida e exercida, mediante produzir de maneira ético-científica;
- b) amoral, ou seja, nem boa nem má, nem certa nem errada, nem verídica nem falsa, nem virtuosa nem viciosa, enfim, meramente social, à conta de irrefletida autodenegação a produzir de maneira ético-científica.

XVI – Há ao menos dois muito especiais registros históricos do caráter divino do entendimento a respeito de como a liberdade urge ser exercida, à base de produção ético-cientificamente assumida:

Primeiro registro – “Aquele que semeia o grão, semeia santidade” (Zaratustra - 7º século a.C.)³.

Segundo registro – “Qual é pois de vós o que tendo um servo ocupado em lavar, ou em guardar o gado, lhe diga, quando ele se recolhe do campo: Vai já pôr-te à mesa: e que antes lhe não diga: Prepare-me a ceia, e cinge-te, e serve-me, enquanto eu como e bebo, e depois disto comerás tu, e beberás. E quando o servo tenha feito tudo que lhe ordenou, por ventura fica-lhe agradecido? Creio que não. Pois assim também vós, depois de terdes feito tudo o que vos foi mandado, dizei:

3 Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1977.

Somos servos inúteis: fizemos o que devíamos fazer”. [Jesus de Nazaré, Lc 17:7-10] (BÍBLIA, 2017).

XVII – Culturas religiosas, na atualidade histórica, estão a pressupor, ainda que de forma alheada e inclusive para materialmente se sustentarem, um produzir cujo caráter social tem estado conivente com indignidade da pessoa.

XVIII – Cabe, então, indagar se a mudança desse pressuposto em dignificador da pessoa ainda há de incidir na possível, necessária e suficiente criteriosidade para discernir procedência inclusive de cultura religiosa em contextos sócio-históricos nos quais proliferam notórios domínios dessa cultura.

XIX – Em sentido tão mais modesto quanto mais ousado, reforçam-se necessidade, possibilidade e suficiência, dessa criteriosidade, recorrendo-se às cinco realidades e concernentes saberes acima já apresentados, cujos teores culminam na propositura de uma condição de existir que, por sua vez, incide em *sentido verdadeiro do que é coletivo*.

XX – Trata-se da condição sustentatória da criança que não surge e não se mantém por ela mesma, mas tem que existir, sob pena de a humanidade terminar, ou seja, a criança é naturalmente ainda autoinsustentável e perfaz, juntamente com seu(s) indispensável(eis) sustentador(es), o imprescindível ou natural-institucional coletivo cuja existência coincide com aquela da condição de existir que é a mais originária, geral ou universal da própria humanidade.

XXI – Para propor a criteriosidade em foco, coloca-se determinado problema, a começar pela educação, que incide nos teores das seguintes indagações:

a) Cultura religiosa não emerge e não se mantém por ela mesma, mas ela tem que existir?

- b) Cultura religiosa também se qualificaria por apresentar-se com *sentido verdadeiro do que é coletivo*?
- c) Qualidade da condição do existir humano pressupõe qualidade da cultura religiosa?
- d) Qualidade da cultura religiosa cumpre pressupor qualidade da condição do existir humano?

5. Criteriosidade e contenção em limites

CONSER/FPPEC*

Criteriosidade: condição ainda apenas possível de um critério passar a existir

Entende-se o teor do título em epígrafe enquanto um critério em estágio de existência ainda apenas possível, incidindo em produção intelectual de caráter ético-científico, cujo sujeito humano se pauta pelo autoconvencimento de que seja imprescindível que ele mesmo gere um excedente de produto(s) a ser destinado(s) a tudo o que adentra sentido verdadeiro do que é coletivo, ou seja, a tudo o que não emerge e não se mantém por si mesmo, mas que tem de existir, tal como paradigmaticamente ocorre com a sustentação das crianças.

* A autoria coletiva deste capítulo, intencionalmente assumida pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa CONSER/FPPEC, resultou da força contributiva das fontes humanas que o integram, cujas normas editoriais ainda impedem de evidenciar.

Assim explicitada, a produção intelectual em foco precisa resultar na peculiaridade de um possível, necessário e suficiente critério, cuja condição existencial ainda apenas possível se caracterize por coincidir com aquele sentido, mas que, ao passar a existir, venha a encontrar-se convertida em caráter de cultura também religiosa. Trata-se de caráter que, na sua mera possibilidade de chegar a acontecer, urge que não pressuponha indignidade humana para materialmente obter a própria sustentabilidade.

A atividade intelectual assim presumida, uma vez voltada para conceber essa peculiar possibilidade de que venha a existir critério, se implica em produzir de maneira ético-científica. Ademais, esta mesma maneira difere radicalmente daquelas que são projetadas, imaginária e ilimitadamente, “nas altas camadas do mundo de fantasias do gnosticismo” (VOEGELIN, 1979, p. 117), em especial por desandarem em falta de limites, ou seja, em ilimitação das projeções do pensar (questões meramente ideológicas), bem como em ilimitação dos artifícios do agir (eventos de natureza violenta).

A questão da atividade intelectual, radicalmente diversa de “fantasias do gnosticismo”, por incidir em produção que é realizada de maneira ético-científica, resulta em objetos contidos em limites. Esta contenção, que também é própria dos objetos de ciência, cumpre servir para qualificar procedência de objetos da cultura singularmente religiosa-cristã.

Portanto, cultura religiosa assim qualificada, há de coadunar-se com o sentido verdadeiro do que é coletivo, seja por não emergir e não se manter por ela mesma, seja em razão de singularmente ter que existir, à base da sua feição sagrada, para testemunhar que é imprescindível haver efetiva produção ético-científica, esta a coincidir com a procedência do possível, necessário e suficiente caráter universal, genérico ou comum da maneira humana de existir.

A atual e hegemônica tendência de contrapor questões de fé às de poder, tendo por horizonte o problema de a liberdade se tornar efetivamente livre (RATZINGER, 2019), adentra radical divergência quanto à criteriosidade para cultura religiosa testemunhar que produzir de maneira ético-científica

cumpra se constituir no que venha a ser mais referencial-fundamental a respeito do caráter sagrado da liberdade.

Em suma, criteriosidade ultrapassa sua condição de existir ainda apenas possível ao ascender a outra condição já efetiva que corresponde a critério, cuja característica coincide com o resultado de objetos contidos em limites.

Contenção em limites: condição do existir humano que é comum à ciência e à singularidade da mística cristã

Urge ser pressuposto, junto a todo ente humano a adentrar ou a vivenciar sua idade adulta, conscientizar-se a respeito da obviedade de que objeto de ciência se caracteriza, antes de tudo o mais, por existir contido em limites. Além disso, este ser humano há de ele próprio se conter em limites, em razão de lhe ser necessário produzir de maneira ético-científica, ou seja, ele mesmo gerar meios de vida, não apenas para a sustentação pessoal, mas inclusive para a existência de tudo o mais que perfaz o sentido verdadeiro do que é coletivo, sentido que sempre existiu, apesar de não emergir e de não se manter por ele mesmo, conquanto seja inevitável que se faça presente.

Entretanto, para assim conter-se em limites, pessoas estão ainda expostas a determinada insuficiência de autoconvencimento, dado que não lhes tem sido sequer insinuada a urgência de que elas próprias venham a converter-se em conscientes sujeitos da atividade de unir ciência propriamente humana com determinada mística a compor cultura religiosa. O peculiar surgimento de tal conversão cumpre que se encontre explícito para ser enxergado de maneira propriamente referencial-fundamentada ou orientativo-embasadora.

Por sua vez, essa mesma insinuação somente tem ocorrido de forma recorrentemente alheada a adentrar racionalidade, bem como à espera de que aquela mística venha, cabalmente, a encontrar-se contida em limites, tal como aconteceu, por inadvertido que o persista no contexto das religiões,

com o traço pessoal-singularmente distintivo da presença histórica de Jesus de Nazaré e da crença na sua deidade.

Todavia e antes de tudo o mais, cumpre explicitar que a contenção em limites sempre houve de incidir em peculiar incompatibilidade com o significado de despojamento que equivale ao de auto-humilhação. Diversamente, trata-se da atitude dos sujeitos que geram sobras de produção para que pessoas ainda ou já naturalmente autoinsustentáveis não venham a antecipar o próprio perecimento, pois a condição de existir destas mesmas pessoas corresponde àquela que perfaz sentido verdadeiro do que é coletivo.

Ademais, a mencionada obviedade de objeto de ciência e essa singularidade da mística concernente à presença histórica da pessoa de Jesus de Nazaré, ambas – obviedade e singularidade – ocorrem contidas em limites, ao tempo em que adentram à peculiaridade da condição de emergirem e de se manterem por elas mesmas.

Então, a atitude humana que é própria de conter-se em limites, inclusive enquanto espaço vital, corresponde ao gesto de abraçar ético-cientificidade em produzir meios de vida, referenciando-se, para tanto e de maneira o mais plenamente genérico e aprofundado, em sentido também cultural-religioso, por força de que tal contenção há de incidir na atitude humana que urge ser a mais referencial-fundamental, ou seja, a mais orientativo-embasadora.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARÉNILLA, Louis et al. **Dicionário de Pedagogia**. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget, 2001.

ARÉNILLA, Louis et al. **Dicionário de Pedagogia**. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget, 2000.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martim Claret, 2007.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Atlas da História do Mundo**. São Paulo: Folha da Manhã, 1995.

BERGAMO, Pedro. **Atalhos para equidade**. Brasília: SEDAEX, 1996.

BERGAMO, Pedro. **Autoavaliação humana e (in)sustentabilidade global**: uma investigação teórico-crítica sobre a relação entre devida adultez humana e presumido respeito à natureza. Barreira-BA: FASB/COTEB, 2001.

BERGAMO, Pedro. **The Collective Insustainability Paradigm**. The International Journal of Environmental, Cultural, Economic & Social Sustainability. Vol. 3, nº 6 [2007], p. 137-143.

BERGAMO, Pedro. **Filosofia, educação e o mundo do trabalho**: a relação dialética presente no paradigma da sustentabilidade constituído na dinâmica entre apropriar e produzir e a implantação da pedagogia histórico-crítica como fundamento de um projeto político-pedagógico e institucional de formação superior emancipatório em Barreiras-BA (FASB). Tese (Pós-Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas-SP. 2008.

BERGAMO, Pedro. **Educação universitária**: práxis coletiva em busca de veraz qualidade e precisa cientificidade. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2010.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave Maria**: edição de estudos. 2. ed. digital. Tradução do Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

CAMANDAROBA, Joana. **O último canto do cisne**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2009.

COSTA, Antonio Roberto Faustino da; BERGAMO, Pedro; LUCENA, Roberto Marden. A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade. In: SOUSA, Cidival Morais de (org). **Um convite à utopia** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 235-290. (Coleção Um convite à utopia, vol. 1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-07.pdf> Acesso em: 04 fev. 2024.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS (FASB). DIRETORIA ACADÊMICA (DAc). GRUPO DE PESQUISA-AÇÃO CONSER. **A realização da proposta pedagógica “fasbiana” (PPF)**. Primeira etapa: acolhimento dos ingressantes. Mediador: prof. Pedro Bergamo. Barreiras-BA: FASB, 2015.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS (FASB). DIRETORIA ACADÊMICA (DAc). GRUPO DE PESQUISA-AÇÃO CONSER. **A realização da proposta pedagógica “fasbiana” (PPF)**. Segunda etapa: autoaplicação do objeto. Mediador: prof. Pedro Bergamo. Barreiras-BA: FASB, 2016.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS (FASB). DIRETORIA ACADÊMICA (DAc). GRUPO DE PESQUISA-AÇÃO CONSER. **A realização da proposta pedagógica “fasbiana” (PPF)**. Terceira etapa: Trabalho Interdisciplinar Institucional (TII). Mediador: prof. Pedro Bergamo. Barreiras-BA: FASB, 2017.

COSTA, Antonio Roberto Faustino da; SANTOS, José César dos; BERGAMO, Pedro. Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva. In: ARANHA, Simone Dália de Gusmão; SOUZA, Fábio Marques de (orgs.). **Práticas de ensino e tecnologias digitais**. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2018, p. 319-361. (Coleção Ensino & Aprendizagem vol. 3. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yzch2/pdf/aranha-9786586221657-12.pdf> Acesso em: 04 fev. 2024.

LUCENA, Roberto Marden. **Educação superior, trabalho e humanização**: mediações políticas e pressupostos institucionais para a análise da produção social e dos impactos do Projeto de Formação FASB – barreiras-BA. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas-SP. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/949257> Acesso em: 25 nov 2023.

LUKÁCS, György. Prefácio (1967). In: LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classes**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAMPLONA, Luiz Gonzaga. **Barreiras, Bê-A**, ...da Barra pra cá! s/l; s/ed., 2002.

RATZINGER, Joseph. Liberar a liberdade: fé e política no terceiro milênio. Tradução de Rudy Albino de Assunção. São Paulo: Paulus, 2019.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Ancisar. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapeco: Argos, 2015.

SLOMAN, Steve; FERNBACH, Philip. **The knowledge illusion**: why we never think alone. New York: Riverhead Books, 2017.

SOBRAL, Isabel Regina Araújo. **O que aprendi hoje?** – Ressignificando a alfabetização no sentido de uma práxis educativo-coletiva. Revisão de José César dos Santos e Roberto Marden Lucena. Campina Grande-PB: EDUEPB; São Paulo: Livraria da Física, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xnwp9> Acesso: 04 fev. 2024.

VOEGELIN, Eric. **A nova ciência da política**. Tradução de José Viegas Filho. Brasília: UnB, 1979.

XENOFONTE. **Econômico**. Tradução e introdução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

XENOFONTE. Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates e a Apologia de Sócrates. In: OS PENSADORES. **Sócrates**. Traduções de Jaime Bruna; Líbero Rangel de Andrade; Gilda Maria Reale Starzinsky. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Coleção Os Pensadores).

Sobre os autores

Alexandre José Martins da Silva

Graduado em Economia (UFPB) e Pós-Graduado em Gestão de Negócios (UNIFASB). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: alexandremartinssilva619@gmail.com

Antonio Roberto Faustino da Costa

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFPB), Mestre em Biblioteconomia/Ciência da Informação (UFPB) e Doutor em Educação (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: robertofaustino@gmail.com

Giselda Frank

Graduada em Pedagogia – Habilitação Supervisão Escolar (Universidade de Passo Fundo-RS), Especialista em Supervisão Escolar (FUDESTE/Chapecó-SC) e Mestre em Educação (UNC/UNICAMP). Vice-presidente e Orientadora-voluntária do Planejamento Educacional da APAE de Concórdia-SC. Também atua na orientação voluntária da proposta pedagógica humana e emancipatória nos Grupos Escolares Municipais “GEM Maria Melania Siqueira” e “GEM Nossa Senhora da Saleté”. Sócia-fundadora da União Brasileira de Mulheres (UBM) Caboclas de Concórdia-SC. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: giseldefrank@hotmail.com

Isabel Regina Araújo Sobral

Graduada em Pedagogia (UEPB) e Mestre em Formação de Professores (PPGFP/UEPB); Especialista em Gestão Escolar (Fundação Pitágoras) e Psicopedagogia (FACISA). Funcionária pública efetiva nas redes municipais de Campina Grande-PB (orientadora educacional) e Alagoa Grande-PB (professora dos anos iniciais do ensino fundamental). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: belsobralag@gmail.com

José César dos Santos

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFPB), Licenciatura em Geografia (UFPB) e Mestre em Biblioteconomia/Ciência da Informação (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: cesarjsantos@hotmail.com

Marli Ferreira de Abreu

Graduada em Enfermagem (Anhanguera/Anápolis-GO), Especialista em Saúde Pública (UNOPAR) e Enfermagem do Trabalho (PUC-GO); Mestra em Ciência e Tecnologia em Saúde (NUTES/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: marli-abreu@hotmail.com

Paulo Gutemberg Petronílio dos Santos

Graduado em Produção Audiovisual (FASB) e Técnico em Eletrotécnica (IFBA/Campus Barreiras-BA). Responsável pela produção e edição dos vídeos utilizados para comunicar os Cinco Saberes da PEC.

E-mail: pgutembergsantos@gmail.com

Pedro Bergamo

Graduado em Economia (PUC-RS), Mestre em Economia (UFPE), Doutor em Sociologia (UnB) e Pós-Doutor em Educação (UNICAMP). Responsável pela Pesquisa Educacional da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), de 2003 a 2020. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: profpbergamo@gmail.com

Roberto Marden Lucena

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UEPB), Mestre em Sociologia (UFPB) e Doutor em Educação (UNICAMP). Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB). Diretor acadêmico da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), nos períodos 2004-2010 e 2012-2018.

E-mail: marden2005@uol.com.br

Vandré de Almeida Carvalho Vilela

Graduado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (FASB), Pós-Graduado em Administração, Marketing e Recursos Humanos (FASB), Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva (CONSER/FPPEC/DGP/CNPq/UEPB).

E-mail: vandrevilela@hotmail.com

Projeto gráfico: Arão de Azevêdo Souza

Capa: Elaborada por Arão de Azevêdo a partir da imagem presente na capa produzida por Marília Bergamo para o Relatório “Universitários cooperativos ou estudentado de nível superior: desafio intelectual para ‘conserianos’ na FASB” (Terceiro Momento – CONSER/FASB – Barreiras/BA, ano 2012)

Formato: 15 x 21 cm

Tipologia utilizada: Cormorant Garamond 10/14pt

A Coleção *Práxis Educativo-Coletiva* tem como propósito a publicação dos saberes produzidos no âmbito do Grupo de Pesquisa *Formação de Professores e Práxis Educativo-Coletiva* (FPPEC/DGP/CNPq), constituído a partir do Convênio de Mútua Cooperação Acadêmica e Técnico-Científica, firmado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), situada no Oeste da Bahia, no período compreendido entre 2016 e 2021. Nesta época também emergiu um profícuo intercâmbio entre educadores e pesquisadores, com destaque para os estudos desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB). As pesquisas do Grupo em foco remontam à produção coletiva do Grupo de Pesquisa-Ação CONSER/FASB, considerando as possibilidades de aplicação e implementação de uma determinada proposta pedagógica, que tem por referência (orientação) e fundamento (base) os cinco saberes da Práxis Educativo-Coletiva (PEC), assim denominados: 1º - interação entre sustentador(es) e prole naturalmente ainda autoinsustentável; 2º - excedência de produção que não pertence à sua fonte geradora; 3º - distinção entre produzir e apropriar; 4º - sentido verdadeiro do que é coletivo; 5º - limites (ético-cientificidade em produzir).